



EDITAL DE PREGÃO (ELETRÔNICO) Nº 41/2023

Sistema de Registro de Preços

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA – TJRR torna público para conhecimento dos interessados que fará licitação na modalidade **Pregão**, na forma eletrônica, **para Registro de Preços**, do tipo menor preço, nas condições estabelecidas neste Edital, a serem regidas pela **Lei n.º 14.133/2021**, **Lei n.º 123/2006**, **Decreto Federal n.º 11.462/2023**, **Instrução Normativa SEGES nº 73/2022**, **Instrução Normativa TJRR/SG n.º 03/2023**, **Instrução Normativa TJRR/SG n.º 007/2023**, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, conforme consta nos autos do Procedimento Administrativo TJRR n.º SEI 0005394-28.2023.8.23.8000.

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

DATA: 22/12/2023

HORÁRIO: 10h00min (horário de Brasília)

ENDEREÇO ELETRÔNICO: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

Código UASG: 925480

1.DO OBJETO

1.1. Formação de registro de preço para contratação de empresa especializada em eventos organizacionais, para atender às necessidades dos Poder Judiciário do Estado de Roraima., conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. O valor máximo desta licitação, para registro de preços, corresponde ao montante é de **R\$ 1.231.415,85 (um milhão, duzentos e trinta e um mil quatrocentos e quinze reais e oitenta e cinco centavos)**.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste **Pregão** os interessados que estiverem previamente credenciados perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI), por meio do sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

3.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste **Pregão** deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à SLTI, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

3.1.2. O uso da senha de acesso pela **licitante** é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ele efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TJRR responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.2. Não será admitida a participação de empresas:

- a)** cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação;
- b)** suspensas de participar de licitações ou impedidas de licitar e contratar com o Tribunal de Justiça de Roraima, durante o prazo da sanção aplicada;
- c)** declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação;
- d)** proibidas de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art.72, § 8º, V, da Lei nº 9.605/98, ou nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92;
- e)** com quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas nos arts. 9.º e 14 da Lei nº 14.133/21;
- f)** reunidas em consórcio, qualquer que seja a forma de sua constituição;
- g)** em processo de falência;
- h)** estrangeiras não autorizadas a funcionar no país.

3.3. O art. 15 da Lei 14.133/2021 prevê a possibilidade de participação em certames públicos de empresas reunidas em consórcios, salvo vedação devidamente justificada, considerando como discricionária a permissão de participação de empresas em consórcio, diversos autores, o E. STJ e entendimento do Tribunal de Contas da União, indicam que a participação de consórcios somente seria obrigatória

nas licitações em que a **vultuosidade, a heterogeneidade e a inviabilidade de parcelamento material do objeto licitado tornem o universo de possíveis licitantes demasiadamente restrito**, logo, depreende-se não ser o caso da licitação em tela.

3.4. É defeso ao servidor público transacionar com o TJRR diretamente ou como representante, procurador ou intermediário na forma do art. 110, X, XIII e XIV da LC Estadual n.º 053/2001, ou de outra lei estadual ou municipal que proíba a participação na licitação de servidor que exerça gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, ou exerça o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário.

4. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

4.1. Os interessados poderão impugnar as especificações técnicas, condições ou exigências previstas neste edital, por eventual violação à disposição legal, através de petição devidamente instruída, fundamentada e encaminhada ao Pregoeiro, por meio eletrônico - email: salc@tjrr.jus.br, em até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública.

4.2. Qualquer dúvida existente sobre os termos do edital poderá ser objeto de pedido de esclarecimento, por escrito, ao Pregoeiro em até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública, seguindo os mesmos trâmites do subitem anterior.

4.3. Os pedidos de esclarecimentos e de impugnação deverão conter, no mínimo:

a) o número desta licitação, CNPJ/CPF, razão social, endereço completo, nome completo do representante legal/funcionário ou interessado subscritor do pedido e o e-mail para resposta;

b) a exposição da dúvida para o correto entendimento das regras do edital, ou a indicação do item, cláusula ou condição do edital que pretenda questionar, devendo, neste caso, vir acompanhada das razões da impugnação.

4.4. O Pregoeiro decidirá sobre a impugnação.

4.5. Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não afetar a formulação das propostas.

4.6. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sistema eletrônico para ciência dos interessados.

5. DA PROPOSTA

5.1. A **licitante** deverá encaminhar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento dessa documentação.

5.2. A **licitante** deverá consignar, expressamente no sistema eletrônico, o valor ofertado para cada grupo, já considerados e inclusos no valor apresentado todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

5.3. A **licitante** deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.

5.4. A **licitante** deverá declarar, em campo próprio do Sistema, sob pena de inabilitação, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.

5.5. A **licitante** deverá declarar, em campo próprio do Sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.

5.6. As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

5.6.1. Qualquer elemento que possa identificar a **licitante** no cadastro dos dados da proposta no sistema *compras.gov.br* importa desclassificação, sem prejuízo das sanções previstas nesse Edital.

5.7. As propostas terão validade de no mínimo 90 (noventa) dias contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

5.8. Até a abertura da sessão, a **licitante** poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

5.9. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a **licitante** às sanções previstas neste Edital.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

6.1. A abertura da sessão pública deste **Pregão**, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

6.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as **licitantes** ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

6.3. Cabe a **licitante** acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do **Pregão**, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

7. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

7.1. No horário previsto para a abertura das propostas, o Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com as especificações e as condições estabelecidas no Edital.

7.2. A análise de preços superiores aos previstos no Termo de Referência - Anexo I do edital será realizada após a fase de lances.

7.3. Somente as **licitantes** com propostas classificadas participarão da fase de lances.

8. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. Aberta a etapa competitiva, as **licitantes** classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do horário e valor consignados no registro de cada lance.

8.2. A **licitante** somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

8.3. Durante o transcurso da sessão, as **licitantes** serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

8.4. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da **licitante**, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

8.5. Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório.

8.5.1. A licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

8.6. Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às **licitantes**, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.7. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **R\$ 0,01 (um centavo)**.

8.8. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.9. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.10. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.11. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

8.12. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

8.13. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

- a. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- b. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- c. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- d. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

8.14. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- b. empresas brasileiras;
- c. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

8.15. Esgotadas todas as alternativas de desempate elencadas nos itens 8.13 e 8.14, será realizada nova convocação das licitantes, via *Comprasnet*, para que, caso tenham interesse, apresentem nova proposta no período de xxxx horas, com preço inferior aquele que deu origem ao empate.

8.15.1. De forma a garantir a efetividade da medida, poderá ser realizado contato telefônico, por e-mail ou outro meio legítimo, comunicando aos licitantes do empate e solicitando atenção à convocação via sistema para envio de proposta com preço de desempate.

8.15.2. A menor proposta apresentada, dentre as licitantes, será a vencedora para fins de desempate.

9. DO BENEFÍCIO AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

9.1. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, e houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte que seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:

9.1.1. A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, contados do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente inferior à proposta do primeiro colocado, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias e observado o valor máximo para a contratação, será adjudicado em seu favor o objeto deste **Pregão**;

9.1.2. Não sendo vencedora a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma do subitem anterior, o sistema, de forma automática, convocará as **licitantes** remanescentes que porventura se enquadrem na situação descrita nesta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

9.1.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido nesta condição, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate;

9.1.4. A empresa convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo sistema, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006.

9.2. Não ocorrendo adjudicação, nos termos previstos no **subitem 9.1**, o objeto licitado será adjudicado em favor da **licitante** detentora da proposta originalmente melhor classificada, se houver compatibilidade de preço com o valor de referência e a **licitante** for considerada habilitada.

10. DA NEGOCIAÇÃO

10.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

10.1.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

10.1.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.1.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

11. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA FINAL, DA ACEITABILIDADE E JULGAMENTO DA PROPOSTA

11.1. A **licitante** classificada provisoriamente em primeiro lugar, no prazo de 3 (três) horas, se outro não for fixado, contados da convocação efetuada pelo **Pregoeiro**, prorrogável por igual período, deverá encaminhar a sua proposta, em PDF, ajustada ao último lance, **conforme modelo - Anexo II do Edital**, devidamente preenchida de acordo com as especificações do Termo de Referência.

11.2. O **Pregoeiro** examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor máximo fixado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.

11.2.1. O **Pregoeiro** poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do TJRR, ou ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

11.3. Deverá constar na proposta:

- a) a individualização da **licitante**, com razão social, CNPJ, endereço completo, telefone, indicação de endereço eletrônico (*e-mail*), dados bancários (nome do banco, números da conta corrente e da agência) e assinatura do representante legal da **licitante**;
- b) a descrição clara do objeto cotado e demais especificações, conforme o Termo de Referência - Anexo I do edital;
- c) indicação única de preço em reais, com exibição dos valores unitário e total com duas casas decimais em algarismos; e
- d) sempre quando for possível, índices, folhas numeradas e timbradas com o nome, logotipo ou logomarca da **licitante**, a fim de garantir a integridade da documentação e da proposta.

11.4. Havendo indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, o pregoeiro solicitará a arrematante a comprovação da exequibilidade.

11.4.1. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

11.4.2. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **subitem 11.4.1**, só será considerada após diligência do agente de contratação ou da comissão de contratação, quando o substituir, que comprove:

- a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

11.5. Não será aceita e será desclassificada a proposta:

- a) que não comprovar a sua exequibilidade, quando solicitada pelo pregoeiro;
- b) que apresentar valores unitários ou global superiores aos preços indicados pelo TJRR;
- c) que não for redigida (digitada ou datilografada) no idioma nacional, estiver ilegível, contenha rasuras, ou outros defeitos capazes de dificultar o julgamento;
- d) com ilegalidades, ou vícios, omissões e irregularidades insanáveis;

- e) que não forem corrigidas as irregularidades ou falhas sanáveis apontadas pelo pregoeiro;
- f) que estiver em desacordo com as condições e especificações do objeto previstas neste edital;

11.6. O critério adotado para julgamento da proposta será o de menor preço por grupo.

11.7. Todas as especificações do objeto, o preço e demais condições ofertadas na proposta vencedora vinculam o **fornecedor registrado**.

11.8. Se a proposta não for aceitável ou se a **licitante** deixar de enviar a documentação exigida, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este edital.

12. DA HABILITAÇÃO

12.1. A habilitação das **licitantes** será verificada por meio do SICAF (habilitação parcial) e da documentação complementar especificada no subitem **12.2** deste edital, de acordo com os [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.1.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 03h (três horas), prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

12.1.2. As **licitantes** que não atenderem às exigências de habilitação parcial no SICAF deverão apresentar documentos que supram tais exigências.

12.2. As **licitantes** deverão complementar os documentos de habilitação referidos no subitem anterior, relativos à:

12.2.1. Qualificação Econômico-Financeira

a) Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da **licitante** ou comprovação, por certificação do juízo falimentar competente, de que a licitante possui plano de recuperação judicial deferido e homologado judicialmente, nos termos do art. 58, da Lei nº 11.101/2005, estando apta econômica e financeiramente a suportar o cumprimento do contrato;

b) Comprovação de que possui patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor da contratação, mediante apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

12.2.2. Qualificação Técnica

a) Para fins de **qualificação técnico-profissional**, apresentar no mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnica que comprove que o mestre de cerimônia executou serviço compatível com o objeto da licitação.

a1) O atestado apresentado poderá ser objeto de diligência a critério do CONTRATANTE, para a verificação da autenticidade do conteúdo. Se encontrada divergência entre o especificado no atestado de capacidade e o apurado em eventual diligência, além da desclassificação no presente processo licitatório, fica sujeita a licitante às penalidades cabíveis.

a2) O atestado de capacidade técnica deverá ser apresentado em papel timbrado da empresa, constando nome da pessoa jurídica, endereço completo, nome completo e telefone do responsável a pelas informações.

a3) O signatário do atestado deverá ser capaz de responder às questões técnicas referentes ao mesmo.

a4) Caso signatário se considere inapto a responder às questões formuladas, o CONTRATANTE desconsiderará o referido atestado.

b) Para a comprovação do vínculo profissional do(a) mestre de cerimônia com a licitante, deve-se admitir a apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS), contrato social do licitante, contrato de prestação de serviço, ou, ainda, de declaração de contratação futura do(a) profissional, com indicação de seus dados, com o compromisso do mesmo a participar da execução do objeto caso a licitante vença o certame.

12.3. A **licitante** obriga-se a declarar, sob as penalidades legais, a superveniência de fato impeditivo de sua habilitação.

12.4. A licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

12.5. O pregoeiro verificará eventual enquadramento nas vedações elencadas no item 3 – Da Participação na Licitação, mediante consulta ao:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

c) Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico www.portaldatransparencia.gov.br/ceis.

d) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

12.6. As consultas previstas no subitem anterior realizar-se-ão em nome da sociedade empresária **licitante** e de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

12.7. O enquadramento da **licitante** em qualquer das hipóteses do subitem 3.2 acarretará, como consequência, a inabilitação da **licitante**.

12.8. A **licitante** deverá comprovar que sua atividade empresarial se relaciona ao objeto desta licitação mediante apresentação de seu ato constitutivo, ou outro documento hábil, além de informar o nome e CPF de seu administrador e/ou sócio majoritário, salvo se tal informação já constar no SICAF.

12.9. Quanto a regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte, serão observado os seguintes procedimentos:

12.9.1. A comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito da Ata de Registro de Preços e/ou Contrato. No entanto, o licitante ME ou EPP, por ocasião da participação neste certame, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

12.9.2. Homologado o certame e havendo alguma restrição à comprovação de regularidade fiscal e trabalhista da microempresa ou empresa de pequeno porte, a licitante será intimada para, no prazo de cinco dias úteis, prorrogável por igual período, a critério da Administração, regularizar sua situação fiscal e/ou trabalhista, na forma prevista no art. 43, §1º, da Lei Complementar n.º 123/2006.

12.9.3. A não regularização da documentação, no prazo acima previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no item 16 deste Edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura da Ata e/ou Contrato ou revogar a licitação.

12.10. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito ao registro de preços e à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

12.11. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

12.12. Para fins de habilitação, o Pregoeiro poderá obter certidões de órgãos ou entidades emissoras de certidões por sítios oficiais.

12.12.1. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

12.13. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

12.14. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

12.15. Os documentos que não apresentarem data de validade serão considerados válidos para este certame pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados de sua emissão.

12.16. Será inabilitada a **licitante** que deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

12.17. No caso de inabilitação, o Pregoeiro retomará o procedimento a partir da fase de julgamento da proposta, examinando a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

12.18. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, a **licitante** será declarada vencedora.

13. DA AMOSTRA

13.1. Não se exigirá que a **licitante** apresente amostra do objeto licitado.

14. DO RECURSO

14.1. Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, imediatamente após o término do julgamento das propostas, e do ato de habilitação, ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade competente autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

14.1.1. O prazo para protocolizar a intenção de recurso será de 10 (dez) minutos, após os atos de:

- a) julgamento das propostas;
- b) classificação ou Desclassificação;
- c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante

14.1.2. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de intimação via sistema ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

14.1.3. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 03 (três) dias úteis, contado da data de intimação via sistema ou de divulgação da interposição do recurso.

14.1.4. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.1.5. O recurso será dirigido ao Pregoeiro, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.1.6. Não serão acolhidos os recursos cujas razões forem apresentadas fora dos prazos legais.

14.1.7. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados..

14.2. Caberá as **licitantes**, encerrada a etapa de lances, a consulta regular ao sistema "compras.gov.br" a fim de verificar se foi declarada a vencedora e se está aberta a opção para a interposição de recurso.

14.3. O recurso será decidido pelo Secretário-Geral (autoridade competente).

15. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

15.1. A adjudicação e homologação deste **Pregão** compete ao Secretário-Geral do Tribunal de Justiça de Roraima.

15.2. O objeto deste **Pregão** será adjudicado à **licitante** vencedora **pelo critério menor preço por grupo**.

16. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. As infrações e sanções administrativa previstas nos artigos 155 e 156, da Lei 14.133/2021 serão aplicadas, garantida a ampla defesa e o contraditório, conforme a [INSTRUÇÃO NORMATIVA TJRR/SG N. 007/2023](#), publicada no Diário da Justiça Eletrônico no dia 26 de setembro de 2023.

16.2. As licitantes ou contratadas que descumprirem, total ou parcialmente, regra estabelecida no edital de licitação do TJRR ficarão sujeitas às seguintes sanções, conforme definido em instrumento convocatório:

- a. multa;
- b. impedimento de licitar e contratar no âmbito do Estado de Roraima;
- c. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos.

16.2.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

- a. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- b. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- c. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- d. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- e. fraudar a licitação;
- f. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- g. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

16.2.2. As condutas praticadas durante o procedimento licitatório em que o valor estimado da contratação supere R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), poderá ser cumulativamente aplicada a penalidade de multa no percentual de 1% do valor estimado da licitação.

16.2.3. Nas condutas previstas nas alíneas "a", "b", "c", e "d", quando justificada a imposição de penalidade mais grave, será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

16.2.4. Quando a conduta ensejar a prática de mais de uma infração, será aplicada a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de 1/3 até a metade, justificadamente, em decorrência da gravidade da conduta.

16.3. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

16.4. A aplicação das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na [INSTRUÇÃO NORMATIVA TJRR/SG N. 007, DE 22 DE SETEMBRO DE 2023](#), e subsidiariamente na Lei Estadual n.º 418/2004.

16.5. A sanção aplicada definitivamente será registrada no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e nos sistemas internos do Tribunal, conforme o caso.

16.6. As sanções inerentes à execução contratual estão previstas no termo de referência e no contrato anexos desse edital.

17. DO REGISTRO DE PREÇOS

17.1. Após a homologação do certame, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo 03 (três) dias corridos, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

17.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

17.2. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

17.3. **Não será aceita cotação parcial de preços, todas as cotações lançadas serão na totalidade dos itens previstos na licitação.**

17.4. As demais disposições sobre o registro de preços estão no texto no **ANEXO V**.

17.5. O órgão gerenciador será o Tribunal de Justiça de Roraima - TJRR.

17.6. Nesse certame não haverá órgãos na condição de participantes.

17.7. No mesmo prazo da assinatura da Ata de Registro de Preços o fornecedor deverá apresentar Declaração Antinepotismo, constante do Anexo III do Edital, e Termo de Compromisso com a Sustentabilidade, conforme o disposto no Anexo IV, deste Edital.

18. DO CADASTRO DE RESERVA

18.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

- a. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
- b. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

18.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

18.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

18.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

18.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

- a. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
- b. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

18.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

- a. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- b. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

19. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

19.1. Depois de assinada a Ata de Registro de Preços, o fornecedor beneficiário poderá ser convocado, a qualquer tempo durante a vigência da Ata, para retirada do instrumento contratual, dentro do prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar de sua convocação para fornecer o objeto, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

19.2. Poderá ser acrescentada ao ajuste qualquer vantagem apresentada pelo fornecedor registrado em sua proposta, desde que seja pertinente e compatível com os termos deste Edital.

19.3. Por ocasião da retirada de instrumento contratual, verificar-se-á por meio do Sicaf e de outros meios se a **licitante vencedora** mantém as condições de habilitação.

19.4. Quando a **licitante** convocada não retirar o instrumento contratual, no prazo e nas condições estabelecidos, poderá ser convocada outra **licitante** para retirar, após negociação e verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, obedecida a ordem de classificação

19.5. As condições de pagamento e outras obrigações estão previstas no Termo de Referência - Anexo I do edital.

20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. **Excepcionalmente**, a licitante poderá encaminhar a documentação complementar solicitada pelo pregoeiro através do e-mail: salc@tjrr.jus.br, desde que reste comprovada a inviabilidade de envio por meio do sistema.

20.2. Os documentos remetidos por meio do sistema *compras.gov.br* poderão ser solicitados em original ou cópia autenticada a qualquer momento em prazo estabelecido pelo pregoeiro.

20.2.1. Os originais ou cópias autenticadas, caso seja solicitadas, deverão ser encaminhadas a Subsecretaria de Compras, localizada no Prédio Administrativo do TJ/RR, situada na Av. Ene Garcez, n.º 1696, 3º Piso, Sala 335, Bairro de São Francisco, na Cidade de Boa Vista - RR - CEP 69.305.135.

20.3. A **licitante** que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação exigida neste edital ou solicitada pelo **Pregoeiro**, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Instrumento Convocatório.

20.4. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no Sistema *compras.gov.br* e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão estas últimas.

- 20.5.** O acompanhamento e a fiscalização da ata de registro de preços serão exercidos por um representante da Administração especialmente designado pela Secretaria Demandante.
- 20.6.** É facultado ao Pregoeiro ou Autoridade Superior, em qualquer fase deste procedimento licitatório, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.
- 20.7.** No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 20.8.** Este edital estará à disposição dos interessados, pela Internet, nos endereços <https://www.gov.br/compras/pt-br/> e www.tjrr.jus.br (menu “licitações”), será publicado na forma da lei, e deverá ser lido e interpretado na íntegra, não sendo aceitas alegações de desconhecimento após a entrega da proposta.
- 20.9.** O Tribunal de Justiça do Estado de Roraima poderá revogar ou anular esta licitação, no todo ou em parte, nos termos do art. 71 da Lei Federal n.º 14.133/21.
- 20.10.** Não serão aceitos protocolos de entrega de solicitação de documentos, em substituição aos documentos exigidos pelo presente edital e seus anexos.
- 20.11.** A **licitante**, caso seja vencedora, manterá preposto, aceito pelo TJRR, durante o período de vigência da Ata, para representá-la administrativamente sempre que for necessário, o qual deverá ser indicado, no ato da assinatura da Ata, mediante declaração em que deverá constar o nome completo, nº do CPF e do documento de identidade, endereço de *e-mail* e número de telefone válidos para o recebimento de informações e notificações, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional.
- 20.12.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 20.13.** As normas que disciplinam este certame serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 20.14.** São partes integrantes deste edital independente de transcrição: o Termo de Referência (Anexo I), Modelo de apresentação de proposta de preços detalhada após o encerramento dos lances (Anexo II), Modelo de Declaração Antinepotismo (Anexo III), Termo de Compromisso com a Sustentabilidade (Anexo IV), Minuta da Ata de Registro de Preços (Anexo V) e Minuta do Contrato (Anexo VI).
- 20.15.** Os casos omissos serão solucionados pela Secretaria-Geral.

Boa Vista-RR, 06 de dezembro de 2023.

Manoel Martins da Silva Neto
Subsecretário de Aquisições, Licitações, e Credenciamentos

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA – LEI 14.133/21 - Nº 115/2023

FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EVENTOS ORGANIZACIONAIS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RORAIMA

1. INTRODUÇÃO

- 1.1.** Toda a ação da Administração Pública é manejada com fundamento nos princípios da supremacia do interesse público e indisponibilidade do interesse público, os quais formam o regime jurídico administrativo constante no ordenamento jurídico nacional. Além disso, de forma expressa, o constituinte elencou no art. 37 da Constituição Federal da República Federativa do Brasil, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, de sorte que os agentes públicos possuem o dever de observar em todas as suas ações tais princípios como direcional necessário tanto para a organização de ações administrativa, quanto para o possível, impactos que essas ações culminarão.
- 1.2.** A Constituição Federal trouxe como regra o dever de licitar para as contratações de empresas especializadas em obras, serviços, compras e alienações, assim todas as vezes que a Administração Pública necessita comprar produtos, ou contratar serviços deve percorrer as fases do Procedimento Licitatório, previsto na Lei 14.133/2021.
- 1.3.** É por meio do procedimento administrativo de licitar, em submissão à regra constitucional, que a administração tem a possibilidade: a) assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública; b) assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição; c) evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos; e d) incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.

2. OBJETO

2.1. O presente instrumento tem por objeto a formação de registro de preço para contratação de empresa especializada em eventos organizacionais, para atender às necessidades dos Poder Judiciário do Estado de Roraima.

2.2. A contratação em tela trata-se de serviço contínuo, os quais, de acordo com o inciso XI, do art. 6º da Lei 14.133/2021, são serviços contratados pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas.

2.3. Trata-se de serviço comum, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado (inciso XIII, art. 6º).

3. FINALIDADE/JUSTIFICATIVA

3.1. A realização de eventos institucionais são atividades essenciais para o desempenho das atividades do Tribunal de Justiça de Roraima (TJRR), para fortalecer continuamente o papel do tribunal na sociedade. Além disso, tais eventos têm um impacto direto no cumprimento da missão e na realização da visão do TJRR.

3.2. A responsabilidade direta pela organização de eventos não é uma característica intrínseca ao TJRR, pois não constitui sua atividade principal. Diante disso, torna-se imperativo contratar serviços de empresas especializadas, que fornecerão, conforme necessário, apenas o essencial para garantir a realização segura, confortável e com a qualidade mínima exigida para cada evento. Isso está em consonância com a imagem institucional do TJRR, atendendo às razões apresentadas.

3.3. Com a contratação do referido serviço, espera-se uma conquista favorável da opinião pública e a percepção de que o Poder Judiciário é parceiro da sociedade e de todo o seu públicos de interesse.

3.4. Embora não haja objetivo ou ação estratégica expressamente apontada para a contratação em análise, há que se considerar que os contratos da área de eventos são fundamentais para o fortalecimento institucional do Poder Judiciário. Por meio dos eventos internos é que se promove a apresentação das faces efetivas do Poder Judiciário, como uma instituição organizada, ordeira e acolhedora, o que corrobora com a visão de ser uma instituição efetiva e se ajusta aos valores difundidos no âmbito dessa Corte de Justiça, notadamente da Empatia, Qualidade, Credibilidade, e Inovação.

3.5. Do parcelamento

3.5.1. Considerando o disposto no [inciso II, do art. 47, da Lei no 14.133/2021](#), e em atenção à [Súmula TCU 247](#), os 34 (trinta e quatro) itens desta licitação, foram aglutinados em 5 (cinco) grupos, de acordo com a natureza, similaridade e interdependência, visando uma efetiva entrega dos serviços e viabilidade no gerenciamento dos eventos, além de possível ganho em escala no certame, além de eficaz gestão contratual, considerando, ainda, as restrições do mercado local.

4. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

4.1. Os serviços deverão ser executados em conformidade com as especificações constantes deste instrumento, mediante execução indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário.

4.2. Os serviços a serem adquiridos, bem como suas especificações, encontram-se detalhados abaixo:

GRUPO 1			
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	Und.	Qtde.
1	<p>MESTRE DE CERIMÔNIA: Profissional responsável pela condução e locução da solenidade, devendo ter conhecimento das regras e normas de cerimonial oficial (Decreto n.70.274/1972).</p> <p>Comparecer ao local de realização do evento, com no mínimo 01 (uma) hora de antecedência, devidamente trajado, sendo para homens admitido terno, e para mulheres <i>tailleur</i>, nas cores preta, azul marinho ou grafite. Realizar a maestria de cerimônias, quando necessário, no formato virtual, por meio de plataformas digitais, sendo a CONTRATADA responsável pelos equipamentos para a realização do trabalho à distância.</p> <p>CATSER: 12955</p>	Diária (08 (oito) horas/ Pessoa)	40
2	<p>RECEPCIONISTA DE EVENTOS: Devem possuir, no mínimo, escolaridade de nível médio completo ou equivalente, devendo ser treinados para a prestação dos serviços objeto desta contratação, com especial observância do que tange ao conhecimento básico de cerimonial oficial, protocolo, recepção e condução de autoridades e convidados, entrega de certificados, crachás e pastas, resolução de dúvidas gerais dos participantes, inscrições, auxílio de auditório e atividades correlatas.</p> <p>Comparecer ao local de realização do evento, com no mínimo 01 (uma) hora de antecedência, devidamente trajado, sendo para homens admitido terno e para mulheres, <i>tailleur</i>, nas cores preta, azul marinho ou grafite, portando rádios comunicadores, quando assim for requerido pela CONTRATANTE.</p>	Diária (08 (oito) horas/ Pessoa)	130

	CATSER: 14591		
GRUPO 2			
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	Und.	Qtde.
3	APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA/MUSICAL TIPO A: Banda musical com repertório diversificado com no mínimo 3 integrantes, contemplando toda a logística, equipamentos, montagem, desmontagem e suporte. Para atendimento de eventos de grande porte, Aniversário do Tribunal, Arraial do Judiciário e Comemoração do Servidor Público. CATSER: 15830	Hora	10
4	APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA/MUSICAL TIPO B: Cantor ou cantora com repertório diversificado, contemplando toda a logística, equipamentos, montagem, desmontagem e suporte. Para atendimento de eventos formais e/ou solenes, datas comemorativas e de médio porte. CATSER: 15830	Hora	10
5	APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA/MUSICAL TIPO C: Músico Instrumentista (Violão, Violino, Sax ou piano) com repertório diversificado, contemplando toda a logística, equipamentos, montagem, desmontagem e suporte. Para atendimento de eventos formais e/ou solenes. CATSER: 15830	Hora	10
GRUPO 3			
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	Und.	Qtde.
6	DECORAÇÃO TIPO A: Serviço de decoração contendo, no mínimo: a) tapetes medindo 3x4 metros; b) 01 arranjo de flores tropicais naturais, medindo 120 cm de largura para frente de mesa; c) 02 arranjos de flores naturais para centro de mesa do buffet e 06 plantas grandes (Palmeira) (do tipo Areca, Rafis e Fênix). Para atendimento de reuniões, palestras, cursos e recepções de pequeno porte. CATSER: 17019	Custo por diária	30
7	DECORAÇÃO TIPO B: serviço de decoração contendo, no mínimo: a) tapetes 4x6 metros; b) 1 passarela com 50 metros ou 2 de 25 metros cada; c) 12 plantas de tamanho grande (Areca, Rafis e/ou Fênix); d) 10 plantas de tamanho pequeno (Buchinho e/ou Eugênia); e) 1 arranjo de flores tropicais naturais para frente de mesa e 2 arranjos de flores tropicais naturais com, no mínimo, 50 cm. Para atendimento de palestras, eventos sazonais, datas comemorativas e recepções de médio porte. CATSER: 17019	Custo por diária	20
8	DECORAÇÃO TIPO C: serviço de decoração para evento solene, contendo, no mínimo: a) mesa para autoridades com 20 lugares; b) cadeiras em estilo imperial; c) tapetes medindo 4x6 metros; d) 1 passarela com 50 metros ou 2 de 25 metros cada; e) lounges (jogos de sofá, poltronas, tapetes e aparador); f) 8 plantas de tamanho grande (do tipo Areca, Rafis e Fênix); g) 6 plantas de tamanho médio (Eugênia e/ou Pata de Elefante), 1 arranjo de flores nobres naturais para frente da mesa de autoridades, medindo no mínimo 120 cm de largura e 5 arranjos de flores nobres naturais com, no mínimo, 50 cm. Para atendimento de congressos, reuniões, audiências públicas, recepções de grande porte, além de posses, sessões solenes e aniversário do Tribunal. CATSER: 17019	Custo por diária	20
9	DECORAÇÃO TIPO D: Serviço de decoração contendo balões de guirlanda orgânica, nas cores cromadas a definir, em forma de “L”, com aplicação de 6 balões bolha, aplicação de 6 balões metalizados, para painel 2m de altura cada lado, por 3m de comprimento; tecido para painel 2m de altura por 3m de comprimento; arranjo de balão com 6 balões látex 11” com gás e um balão bolha com gás hélio personalizado, cores a definir.	Custo por diária	20

	Para atender aos eventos do Centro Médico e de Qualidade de Vida, além de outros setores que promovam ações para o público interno e externo. CATSER: 17019		
10	DECORAÇÃO TIPO E: Serviço de decoração com balões de guirlanda orgânica, nas cores candy color a definir, com aplicação de balões personalizados, para painel 2 metros de altura cada lado, por 3m de comprimento, podendo também ter 2 metros para o chão de cada lado; tecido para painel 2m de altura por 3 cm de comprimento; arranjo de balões personalizados para mesa; arranjos de balões personalizados para chão. Para atender eventos diversos, para o público interno e externo. CATSER: 17019	Custo por diária	20
11	DECORAÇÃO COM ÁRVORE DE NATAL PARA PRÉDIOS DO PODER JUDICIÁRIO: Montagem e desmontagem de árvore de natal de 3 a 6 metros de altura com luzes, bolas de 7cm, 10cm, 36cm e 40cm, laços coloridos, caixas de presentes e todos os itens necessários para a decoração. A ornamentação deve estar pronta no dia 25 do mês de novembro e deve ser retirada no dia 06 de janeiro, do ano seguinte, devendo ser mantida em boas condições durante o referido período. Para atender ao Palácio da Justiça, Fórum Cível, Fórum Criminal, Sede Administrativa e Juizado da Infância e Juventude. CATSER: 17019	Und.	10
12	BUQUÊ DE FLORES: Confeccionado em flores naturais, preferencialmente rosas, com, no mínimo, 12 unidades. Deverá ser entregue no prazo máximo de 05 horas, de acordo com o horário de funcionamento do TJRR, contadas do recebimento da ordem de serviço. Para homenagear aos convidados em recepções, eventos solenes e datas comemorativas. CATSER: 17027	Und.	30
13	ARRANJO NATURAL FLORAL: Confeccionado com flores nobres ou tropicais e folhagem, medindo entre 70 cm a 90 cm de altura por 60 ou 80 cm de comprimento. Para atender <i>coffe- break</i> , almoços, reuniões e recepções na Presidência, Corregedoria e Escola do Poder Judiciário, além de atender a eventos nas comarcas do interior. CATSER: 17027	Und.	40
14	COROA DE FLORES: Confeccionada em flores naturais, em tamanho grande, com a identificação da instituição que presta a homenagem póstuma. Deverá ser entregue no prazo máximo de 03 horas, contadas do recebimento da ordem de serviço. Para homenagens fúnebres. CATSER: 17027	Und.	20
GRUPO 4			
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	Und.	Qtde.
15	LOCAÇÃO DE TENDA PIRÂMIDE MÉDIA: de tamanho mínimo de 5x5 metros, em lona PVC, de acordo com as normas técnicas da ABTN, na cor branca, estrutura tubular, instalada, sem iluminação. Para atender a eventos externos. CATSER: 21164	Und.	30
16	LOCAÇÃO DE TENDA PIRÂMIDE GRANDE: de tamanho mínimo de 10x10 metros, em lona PVC, de acordo com as normas técnicas da ABTN, na cor branca, estrutura tubular, instalada, sem iluminação. Para atender a eventos externos. CATSER: 21164	Und.	30
17	LOCAÇÃO DE ESTRUTURA EM ALUMÍNIO GRID Q-30 - BOX TRUSS: em alumínio, para sustentação de estruturas em geral.	Metro linear	1000

	Para atender a eventos internos e externos. CATSER: 13099		
18	LOCAÇÃO DE PORTAL DE ENTRADA: mínimo 09x04 metros (largura x altura), material de montagem tipo treliça Q30, e, quando exigido, lona tencionada com imagem e logomarca oficial do evento a ser fornecido pelo CONTRATANTE. Para atender a eventos externos do Centro Médico e de Qualidade de Vida. CATSER: 13099	Und.	10
19	LOCAÇÃO DE CADEIRA MODELO <i>TIFFANY</i>: em madeira, nas cores imbuia ou branca, altura total de 81 cm, encosto com altura de 47 cm e largura de 36 cm, assento com largura de 41 cm e comprimento de 41 cm. Para atender a eventos internos e externos formais. CATSER: 20460	Und.	500
20	LOCAÇÃO DE TOALHAS REDONDAS: Locação de toalha de mesa, de tecido <i>jacquard</i> , nas cores da decoração da festa, conforme definido pelo contratante, para mesa redonda de 8 lugares. Para atender a eventos internos e externos formais e/ou solenes. CATSER: 17124	Und.	150
21	LOCAÇÃO DE CADEIRA DE PLÁSTICO: Locação de Cadeira plástica sem braço, em polipropileno. Cor branca. Dimensões: 43x51x90. Possuir selo de conformidade do INMETRO. Para atender a eventos internos e externos informais. CATSER: 20460	Und.	5000
22	LOCAÇÃO DE MESA DE PLÁSTICO COM TOALHA: Locação de Mesa de plástico quadrada produzida em polipropileno. Cor: Branca. Dimensões mínimas: 70 x 70 x 72 cm de altura. Possuir selo de aprovação do INMETRO. Toalhas brancas e/ou coloridas, de acordo com a Ordem de Serviço, tecido <i>oxford</i> . Para atender a eventos internos e externos informais. CATSER: 20460	Und.	1000
23	LOCAÇÃO DE VENTILADOR CLIMATIZADOR PULVERIZADOR (Climatizador): Locação, deve ser devidamente instalado na rede elétrica, com, capacidade de, no mínimo, 120 litros, apto a funcionar com altura de 1.20 cm. Para atender a eventos internos e externos. CATSER: 20818	Und.	30
GRUPO 5			
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	Und.	Qtde.
24	LOCAÇÃO DE SONORIZAÇÃO DE MICRO PEQUENO PORTE PARA AMBIENTES INTERNOS E EXTERNOS: Montagem, operação e desmontagem de sistema de sonorização com, no mínimo, os seguintes equipamentos: 02 caixas ativas amplificadas com, no mínimo VRX 932, 800 watts RMS e fixadas em tripés, 01 mesa de som digital de 24 canais, no mínimo, 12 canais auxiliares, 02 (dois) pedestais tipo girafa para microfone, 01 microfones de mão sem fio UHF UR4, 01 microfones de mão com fio SM58, 01 notebook com DVD player, 01 KIT de cabos diversos conforme necessidade do Sistema. CATSER: 13757	Diária	30
25	LOCAÇÃO DE SONORIZAÇÃO DE PEQUENO PORTE PARA AMBIENTES INTERNOS E EXTERNOS: Montagem, operação e desmontagem de sistema de sonorização com, no mínimo, os seguintes equipamentos: 04 caixas VRX 932 ativas amplificadas com, no mínimo 450watts RMS e fixadas em tripés, 01 mesa de som digital de, no mínimo, 24 canais, 03 (três) pedestais tipo girafa para microfone, 03 microfones de mão sem fio UHF UR 4, 02 microfones de mão com fio sm58, 01 notebook com DVD player, 01 KIT de cabos diversos conforme necessidade do Sistema.	Diária	30

	CATSER: 13757		
26	<p>LOCAÇÃO DE SONORIZAÇÃO DE MÉDIO PORTE PARA AMBIENTES INTERNOS E EXTERNOS: Montagem, operação e desmontagem de sistema de sonorização com, no mínimo, os seguintes equipamentos: 06 caixas ativas amplificadas (duas torres com 03 (três) caixas de cada lado), tipo line-array sistema VRX 932, em sistema vertical, tendo potência mínima de 800 watts RMS cada linha, 02 (dois) retornos de palco ativos de, no mínimo, 400 watts de alta pressão sonora full range com duas vias, 01 mesa de som digital de, no mínimo, 32 canais, 05 (cinco) pedestais tipo girafa para microfone, 08 microfones de mão sem fio UHF UR4, 06 microfones de mão com fio SM58, 6 microfones sem fio de mesa (gooseneck) com 45cm base com botão liga/desliga sem fio 01 notebook com DVD player, 01 KIT de cabos diversos conforme necessidade do Sistema.</p> <p>CATSER: 13757</p>	Diária	20
27	<p>LOCAÇÃO DE SONORIZAÇÃO PARA ATENDER CORAL EM GRANDES SOLENIDADES: Montagem, operação e desmontagem de sistema de sonorização com, no mínimo, os seguintes equipamentos: Os serviços deverão ser atendidos com os itens abaixo de igual ou similar qualidade. - 10 (dez) microfones CONDESADOREs para coral (shure/senheyzer/AKG ou similar), com pedestais telescópico, com fio; - 04 (quatro) microfones (shure/senheyzer/AKG ou similar) BETA sem fio; - 06 (seis) microfones com fio; - 01 mesa de som - digital com, no mínimo, 32 canais, deve possuir, pelo menos, 32 pré-amplificadores de microfone, 4 entradas de linha, 4 retornos estéreo internos, 30 faders, Resposta de Frequência Mic / Linha de entrada para qualquer saída de, pelo menos, 1,5 dB, 20 a 20.000 Hz , Configuração de armazenamento USB, Visi Remote Control para controle da mesa através de ipads, Estabilização de ganho de saída direta (cães) , 02 (dois) sides de palco Triway com, pelo menos, 400 watts cada - 06 (seis) caixas de som de, no mínimo, 350 watts com pedestais; - 6 (seis) retornos ativo de, no mínimo, 400 watts, monitor de alta pressão sonora full range com duas vias, 2 (dois) Alto-falantes de, pelo menos, 12" e 10 (dez) pedestais articuláveis para apoio de partituras. As apresentações de atrações tipo coral poderão ter a duração de 30 minutos a 03 horas. - Além da montagem do som, o fornecedor deverá agendar um horário de no mínimo 03 (três) horas para a passagem do som.</p> <p>CATSER: 13757</p>	Diária	10
28	<p>LOCAÇÃO DE ILUMINAÇÃO A: Serviço de iluminação Cenográfica e Decorativa INTERNA, com montagem e desmontagem, para compor e ambientar o evento com, no mínimo, os seguintes equipamentos: 15 refletores PAR LED 10w RGBWA, bivolt, à prova d'água, 01 KIT com cabos e conectores conforme necessidade. 01 (uma) máquina de fumaça de 1.500 watts. 01 (uma) mesa de iluminação digital.</p> <p>CATSER: 13757</p>	Diária	40
29	<p>LOCAÇÃO DE ILUMINAÇÃO B: Serviço de iluminação cenográfica e decorativa EXTERNA, com montagem e desmontagem, para compor e ambientar o evento com, no mínimo, os seguintes equipamentos: 15 refletores de P5 Led 1.000 watts, bivolt, à prova d'água, 01 KIT com cabos e conectores conforme necessidade.</p> <p>CATSER: 13757</p>	Diária	40
30	<p>LOCAÇÃO DE SISTEMA DE PROJEÇÃO DE VÍDEO E IMAGEM EM PAINEL DE LED – MÉDIO PORTE: Locação, serviço de montagem, operação e desmontagem de estrutura Pannel de LED de alta resolução com, no mínimo: 01 (um) painel de LED, projetor holográfico, estrutura de suporte e isolamento conforme a necessidade do ambiente. O painel de LED deverá ter as seguintes especificações: painel de LED Indoor PROLED P2 Especificações Efeitos: Imagens, Vídeos, Filmes, transmissões ao vivo e muito mais. Tipo de Montagem: Em placas anualmente. Composto de Placas totalmente independentes que permite a montagem da tela em diversos formatos. Gabinete Dimensões (L x A x P)500 x 500 x 87 mm; Quantidade de módulos 4; Resolução em Pixels 128 x 128 Qtd de Pixels 16384; Peso por gabinete 9 kg; Material Alumínio injetado; Consumo médio 180 Watts / m2 Consumo máximo 540 Watts / m2; Método de manutenção Frontal / Traseira Módulo Dimensões (L x A)500 x 500 mm Resolução (L x A) 500 x 500 distância entre pixels 2mm Qtd de Pixels 4096 Tipo de LED SMD Black 2121 Configuração de PixelSMD (3 em 1) Especificações Brilho 1000 cd/m2 Ângulo de visão Horizontal 140° Vertical 140° Distância mínima para visualização 4 m Cinza 14 bits; Frequência</p>	Metro Quadrado	350

	de refresh 1920 Hertz; Voltagem 200/240 Volts; Vida útil com brilho a 50% 100.000 horas Grau de Proteção IP Frente: IP40 Traseira: IP21 Temperatura de operação -10 ~ + 40°C; Umidade de operação 10% ~ 90%; e Controle à distância 100 m. CATSER: 13757		
31	LOCAÇÃO DE GRUPO GERADOR PARA ATENDER EVENTOS: grupo gerador de potência de 200 a 260 KWA. Linha diesel, de fácil locomoção (móvel), devendo ser trifásico, cabinado com 1.2 Db de ruído, com porta de acesso para ligação dos cabos, com tanque de combustível com, no mínimo, 100L. O item deverá ser montado, acompanhado o funcionamento e desmontado pela CONTRATADA. OBS: O combustível para funcionamento do item ficará a cargo da CONTRATADA. CATSER: 21679	Diária	5
32	SERVIÇO DE PRODUÇÃO E VEICULAÇÃO DE ÁUDIO EM CARRO DE SOM: carro de som de porte pequeno, como motorista, com no máximo 05 anos de fabricação, licenciado junto aos órgãos competentes, tudo conforme a legislação vigente, com condutor devidamente habilitado, devendo possuir no mínimo 1 (um) microfone sem fio e 1 (um) microfone com fio; leitor de cd e entrada USB (que execute mp3 e outros formatos). Som com potência mínima de 2.400 watts. Obs: O CONTRATANTE irá fornecer os dados em mídia digital (CD/ PEN DRIVE), devendo conter arquivo em mp3. CATSER: 4200	Diária	6
33	LOCAÇÃO DE SALÃO PARA PREMIAÇÃO E JANTAR INSTITUCIONAL: deve comportar, no mesmo ambiente, no mínimo 300 a 499 pessoas sentadas em formato banquete, em ambiente privativo, com espaço para circulação, climatizado e banheiros, incluindo acessibilidade para todos os ambientes. A Contratada será responsável pela limpeza, antes e depois do evento, brigadista e todos os documentos necessários para a realização do evento. CATSER: 14591	Diária	3
34	LOCAÇÃO DA SALÃO PARA PREMIAÇÃO E JANTAR INSTITUCIONAL: deve comportar, no mesmo ambiente, no mínimo 500 a 2000 pessoas sentadas em formato banquete, em ambiente privativo, com espaço para circulação, climatizado e banheiros, incluindo acessibilidade para todos os ambientes. A Contratada será responsável pela limpeza, antes e depois do evento, brigadista e todos os documentos necessários para a realização do evento. CATSER: 14591	Diária	3

4.3. Os serviços fornecidos para a realização dos eventos institucionais desta Corte executado pelas empresas contratadas deverão observar as seguintes condições/características:

GRUPO 1 - SERVIÇO DE MESTRE DE CERIMÔNIA E RECEPCIONISTA DE EVENTOS

1.1 Mestre de Cerimônia

- Profissional responsável pela condução e locução da solenidade, devendo ter conhecimento das regras e normas de cerimonial oficial ([Decreto n.70.274/1972](#));
- Com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, anteriores à realização do evento, será encaminhada Ordem de Serviço - Anexo I, com as informações para elaboração de *script*, devendo o mesmo ser submetido à aprovação do TJRR, 1 (um) dia útil antes da solenidade. Será especificado, também, o local e horário para comparecimento, onde ficará à disposição até o final do evento, somente se ausentando do local com prévia autorização do TJRR;
- Comparecer ao local de realização do evento, com no mínimo 01 (uma) hora de antecedência, devidamente trajado, sendo para homens admitido terno, e para mulheres *tailleur*, nas cores preta, azul marinho ou grafite;
- Realizar a mestria de cerimônias, quando necessário, no formato virtual, por meio de plataformas digitais, sendo a empresa responsável pelos equipamentos para a realização do trabalho à distância.

1.2. Recepcionista

- Devem possuir, no mínimo, escolaridade de nível médio completo ou equivalente, devendo ser treinados para a prestação dos serviços objeto desta contratação, com especial observância do que tange ao conhecimento básico de cerimonial oficial, protocolo,

recepção e condução de autoridades e convidados, entrega de certificados, crachás e pastas, resolução de dúvidas gerais dos participantes, inscrições, auxílio de auditório e atividades correlatas;

b. Com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, anteriores à realização do evento, será encaminhada Ordem de Serviço, com as informações acerca do local e horário para comparecimento, onde ficarão à disposição até o final do evento, somente se ausentando do local com prévia autorização da TJRR;

c. Comparecer ao local de realização do evento, com no mínimo 01 (uma) hora de antecedência, devidamente trajado, sendo para homens admitido terno e para mulheres, *tailleur*, nas cores preta, azul marinho ou grafite, portando rádios comunicadores, quando assim for requerido pela TJRR.

1.3. Qualificação técnica

- a. Para fins de **qualificação técnico-profissional**, apresentar no mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnica que comprove que o (a) mestre de cerimônia executou serviço compatível com o objeto da licitação.
- b. Para a comprovação do vínculo profissional do (a) mestre de cerimônia com a licitante, deve-se admitir a apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS), contrato social do licitante, contrato de prestação de serviço, ou, ainda, de declaração de contratação futura do(a) profissional, com indicação de seus dados e concordância do mesmo, em participar da execução do objeto, caso a licitante vença o certame.

GRUPO 2 - APRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS

- a. O TJRR emitirá à empresa, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, anteriores à realização do evento, será encaminhada Ordem de Serviço, com as informações acerca do local e horário para comparecimento, onde ficarão à disposição até o final do evento, somente se ausentando do local com prévia autorização da TJRR, incluindo final de semana, feriados e período noturnos, sem custo adicional ao TJRR.
- b. A empresa poderá visitar o local do evento, devendo realizar prévio agendamento junto ao Escritório de Cerimonial, telefone (95) 3198-2824, Av. Cap. Ene Garcez, N. 1696, Bairro: São Francisco, CEP: 69305-135.
- c. A montagem e instalação deverá estar pronta e testada em até 01 (uma) hora antes do horário previsto para o início do evento, contemplando todo o contido na Ordem de Serviço.
- d. A desmontagem é responsabilidade da empresa, em horário a ser definido junto ao Escritório de Cerimonial, sendo, ainda, responsável pela segurança individual e coletiva dos colaboradores, deve obedecer às normas de segurança vigentes, fornecendo equipamentos apropriados durante a execução dos serviços, quando for o caso, sem custo adicional ao TJRR.

GRUPO 3 - DECORAÇÃO e FLORICULTURA

- a. Para os itens 6, 7, 8, 9 e 10 (Decoração), O TJRR emitirá à empresa, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, anteriores à realização do evento, Ordem de Serviço informando os itens e suas quantidades, bem como o local e horário do evento, incluindo final de semana, feriados e período noturnos, sem custo adicional ao TJRR.
- b. A empresa poderá visitar o local do evento, devendo realizar prévio agendamento junto ao Escritório de Cerimonial, telefone (95) 3198-2824, Av. Cap. Ene Garcez, N. 1696, Bairro: São Francisco, CEP: 69305-135.
- c. A montagem, deverá estar pronta em até 01 (uma) hora antes do horário previsto para o início do evento, contemplando todo o contido na Ordem de Serviço, devendo ser realizada por profissional habilitado da empresa, sem custo adicional ao TJRR.
- d. A desmontagem é responsabilidade da empresa, em horário a ser definido junto ao Escritório de Cerimonial, sendo, ainda, responsável pela segurança individual e coletiva dos colaboradores, deve obedecer às normas de segurança vigentes, fornecendo equipamentos apropriados durante a execução dos serviços, quando for o caso, sem custo adicional ao TJRR.
- e. Para o item 11 (Decoração com árvore de natal), O TJRR emitirá à empresa, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis anteriores à realização do evento, Ordem de Serviço informando o local.
- f. Para os itens 12 (Buquê de flores) e 13 (Arranjo natural floral), O TJRR emitirá à empresa Ordem de Serviço informando o item, quantidade, local e horário de entrega, se for o caso, sendo entregues nos prazos máximos de 05 horas, contadas do recebimento da ordem de serviço, respectivamente.
- g. Para o item 14 (Coroa de flores), O TJRR emitirá à empresa Ordem de Serviço informando o item, quantidade, local e horário de entrega, se for o caso, sendo entregues nos prazos máximos de 03 horas, contadas do recebimento da ordem de serviço, incluindo final de semana, feriados e período noturnos, sem custo adicional ao TJRR.

GRUPO 4 - ESTRUTURA, MESAS, CADEIRAS E VENTILADOR

- a. O TJRR emitirá à empresa, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, anteriores à realização do evento, Ordem de Serviço informando os itens e suas quantidades, bem como o local e horário do evento, incluindo final de semana, feriados e período

noturnos, sem custo adicional ao TJRR.

- b. A empresa poderá visitar o local do evento devendo realizar prévio agendamento junto ao Escritório de Cerimonial, telefone (95) 3198-2824, Av. Cap. Ene Garcez, N. 1696 , Bairro: São Francisco, CEP: 69305-135.
- c. A montagem, deverá estar pronta em até 01 (uma) hora antes do horário previsto para o início do evento, contemplando todo o contido na Ordem de Serviço, devendo ser realizada por profissional habilitado da empresa, sem custo adicional ao TJRR.
- d. A desmontagem é responsabilidade da empresa, em horário a ser definido junto ao Escritório de Cerimonial, sendo, ainda, responsável pela segurança individual e coletiva dos colaboradores, deve obedecer às normas de segurança vigentes, fornecendo equipamentos apropriados durante a execução dos serviços, quando for o caso, sem custo adicional ao TJRR..

GRUPO 5 - SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO

- a. O TJRR emitirá à empresa, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, anteriores à realização do evento, Ordem de Serviço informando os itens e suas quantidades, bem como o local e horário do evento, incluindo final de semana, feriados e período noturnos, sem custo adicional ao TJRR.
- b. Para os itens 33 e 34, a antecedência da Ordem de Serviço será de 30 dias.
- c. A empresa poderá visitar o local do evento devendo realizar prévio agendamento junto ao Escritório de Cerimonial, telefone (95) 3198-2824, Av. Cap. Ene Garcez, N. 1696 , Bairro: São Francisco, CEP: 69305-135.
- d. A montagem deverá estar pronta e testada em até 01 (uma) hora antes do horário previsto para o início do evento, contemplando todo o contido na Ordem de Serviço, devendo ser realizada por profissional habilitado da empresa, sem custo adicional ao TJRR.
- e. Para os itens 30 e 31, a empresa deverá dispor de um responsável técnico durante toda a realização do evento, sem custo adicional ao TJRR.
- f. Para o item 32, o TJRR irá disponibilizar o conteúdo que será transmitido, em mídia digital, juntamente com a Ordem de Serviço.
- g. Para os itens 33 e 34, a empresa deverá consignar na proposta, qual espaço está ofertando, bem como estar ciente que quando da locação, será exigida a documentação legal, deverá dispor de um responsável pelo espaço durante toda a realização do evento, sem custo adicional ao TJRR.
- h. A empresa, sendo responsável pela segurança individual e coletiva dos colaboradores, deve obedecer às normas de segurança vigentes, fornecendo equipamentos apropriados durante a execução dos serviços, quando for o caso, sem custo adicional ao TJRR.

4.4. Locais de prestação dos serviços na Capital

4.4.1. Os serviços serão realizados nos prédios do Poder Judiciário, na Comarca de Boa Vista, conforme segue, contudo, poderão ocorrer em outros locais da cidade:

Local	Endereço
Centro de Eventos Institucionais do Poder Judiciário (a inaugurar)	Avenida Ville Roy, Casa 2, Bairro São Pedro.
Sede Administrativa Edifício Luiz Rosalvo Indrusiak Fin	Av. Cap. Ene Garcez, N. 1696 , Bairro: São Francisco, CEP:69305-135
Palácio da Justiça Robério Nunes dos Anjos	Praça do Centro Cívico, 296 - Centro - CEP 69 301-380
Prédio da Varas da Infância e Juventude	Av. Ataíde Teive, 4270 – Bairro Caimbé - CEP 69312-218
Fórum Advogado Sobral Pinto	Praça do Centro Cívico, 666 - Centro CEP 69 301-380
Fórum Criminal Ministro Evandro Lins e Silva	Av CB PM José Tabira de Alencar Macedo, 602 - Bairro Caranã
Centro de Memória e Cultura do Poder Judiciário	Avenida Ville Roy, Casa 1, Bairro São Pedro.
Centro Médico e de Qualidade de Vida	Avenida Ville Roy, Casa 9, Bairro São Pedro.
Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar.	Casa da Mulher Brasileira. Rua Uraricoera, S/N, bairro São Vicente.
Fórum da Cidadania Palácio Latife Salomão (a inaugurar)	Avenida Galycon de Paiva, nº 500, Bairro Centro.

4.5. Garantia contratual

4.5.1. Por tratar-se de contratação de serviços de baixa complexidade, dividida em lotes, não existindo risco financeiro para o TJRR, não se vislumbra a necessidade de garantia contratual, com amparo na discricionariedade do [art. 96 da Lei 14.133/21](#).

4.5.2. Qualificação econômico-financeira:

4.5.2.1. Consoante [art. 69, da Lei 14.133/2021](#), a fim da licitante demonstrar a aptidão para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, deverão ser exigidos:

- a. Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante ou comprovação, por certificação do juízo falimentar competente, de que a licitante possui plano de recuperação judicial deferido e homologado judicialmente, nos termos do [art. 58, da Lei n.º 11.101/2005](#), estando apta econômica e financeiramente a suportar o cumprimento do contrato;
- b. Comprovação de que possui patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor da contratação, mediante apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

4.6. Subcontratação

4.6.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

4.7. Da Sustentabilidade

4.7.1. Não se vislumbra impactos ambientais relevantes na execução dos serviços a serem contratados, contudo, ressalte-se que esta Corte já adota medidas sustentáveis na realização dos eventos institucionais, tais como:

- a. Sistema de inscrição online;
- b. Encaminhamento de material por e-mail, não havendo distribuição de impressos, alinhado ao [Plano de Logística Sustentável 2021/2026](#).

4.7.2. As empresas, ao fazer o recolhimento dos bens, em havendo resíduos, são orientadas acerca do descarte seletivo adotado por esta Corte (SEI [0011704-84.2022.8.23.8000](#) - Acordo de Cooperação Técnica entre o TJRR e a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis - CATAMAZON).

4.7.2.1. Os eventos desta Corte são planejados com austeridade e padronização, preservando as características mínimas de conforto, segurança e qualidade aos presentes, sempre de acordo com o porte do evento, evitando qualquer tipo de desperdício de recurso público.

5. PRAZOS

5.1. O instrumento contratual será assinado no prazo de até 02 (dois) dias úteis, nos termos do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

5.2. O serviço deverá ser disponibilizado a partir da assinatura do contrato, mediante prazos previstos na Ordem de Serviço.

5.2.1. O modelo de Ordem de Serviço encontra-se no Anexo I.

5.3. Os contrato terão vigência de 30 (trinta) meses, prorrogáveis, na forma dos artigos 106 e 107, da Lei nº 14.133/2021.

6. ORÇAMENTO ESTIMADO

6.1. Com base na cotação de preços constante no Procedimento Virtual SEI nº 0005394-28.2023.8.23.8000, estima-se que o valor global da contratação em tela será de **R\$ 1.231.415,85 (um milhão, duzentos e trinta e um mil quatrocentos e quinze reais e oitenta e cinco centavos)**, conforme planilhas de orçamento estimados abaixo:

GRUPO 1					
Item	Descrição	Und.	Qtd.	Valor Unitário (R\$)	Valor Estimado (R\$)
1	MESTRE DE CERIMÔNIA	Diária (08 (oito) horas/ Pessoa)	40	1.057,25	42.290,00
2	RECEPCIONISTA DE EVENTOS	Diária (08 (oito) horas/ Pessoa)	130	255,62	33.230,60
Valor Total Estimado (R\$)					75.520,60

GRUPO 2					
Item	Descrição	Und.	Qtd.	Valor Unitário (R\$)	Valor Estimado
3	APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA/MUSICAL TIPO A	Hora	10	1.758,78	17.587,80

4	APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA/MUSICAL TIPO B	Hora	10	796,25	7.962,50
5	APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA/MUSICAL TIPO C	Hora	10	925,00	9.250,00
Valor Total Estimado (R\$)					34.800,30

GRUPO 3					
Item	Descrição	Und.	Qtd.	Valor Unitário (R\$)	Valor Estimado
6	DECORAÇÃO TIPO A	Diária	30	1.977,46	59.323,80
7	DECORAÇÃO TIPO B	Diária	20	2.627,00	52.540,00
8	DECORAÇÃO TIPO C	Diária	20	3.502,58	70.051,60
9	DECORAÇÃO TIPO D	Diária	20	1.845,00	36.900,00
10	DECORAÇÃO TIPO E	Diária	20	2.050,00	41.000,00
11	DECORAÇÃO NATALINA	Und.	10	9.259,79	92.597,90
12	BUQUÊ DE FLORES	Und.	30	218,55	6.556,50
13	ARRANJO NATURAL FLORAL	Und.	40	600,00	24.000,00
14	COROA DE FLORES	Und.	20	661,64	13.232,80
Valor Total Estimado (R\$)					396.202,60

GRUPO 4					
Item	Descrição	Und.	Qtd.	Valor Unitário (R\$)	Valor Estimado (R\$)
15	LOCAÇÃO DE TENDA PIRÂMIDE MÉDIA	Und.	30	550,02	16.500,60
16	LOCAÇÃO DE TENDA PIRÂMIDE GRANDE	Und.	30	714,07	21.422,10
17	LOCAÇÃO DE ESTRUTURA EM ALUMÍNIO GRID Q-30 - BOX TRUSS	Metro lienar	1000	64,07	64.070,00
18	LOCAÇÃO DE PORTAL DE ENTRADA	Und.	10	1.508,70	15.087,00
19	LOCAÇÃO DE CADEIRA MODELO TIFFANY	Und.	500	17,55	8.775,00
20	LOCAÇÃO DE TOALHAS REDONDAS	Und.	150	36,95	5.542,50
21	LOCAÇÃO DE CADEIRA DE PLÁSTICO	Und.	5000	4,58	22.900,00
22	LOCAÇÃO DE MESA DE PLÁSTICO COM TOALHA	Und.	1000	8,37	8.370,00
23	LOCAÇÃO DE VENTILADOR CLIMATIZADOR PULVERIZADOR	Und.	30	408,36	12.250,80
Valor Total Estimado (R\$)					174.918,00

GRUPO 5					
Item	Descrição	Und.	Qtd.	Valor Unitário (R\$)	Valor Estimado (R\$)
24	LOCAÇÃO DE SONORIZAÇÃO DE MICRO PEQUENO PORTE	Diária	30	1.195,71	35.871,30
25	LOCAÇÃO DE SONORIZAÇÃO DE PEQUENO PORTE	Diária	30	1.522,71	45.681,30
26	LOCAÇÃO DE SONORIZAÇÃO DE MÉDIO PORTE	Diária	20	2.935,00	58.700,00
27	LOCAÇÃO DE SONORIZAÇÃO PARA ATENDER CORAL	Diária	10	4.631,57	46.315,70
28	LOCAÇÃO DE ILUMINAÇÃO A	Diária	40	1.370,02	54.800,80
29	LOCAÇÃO DE ILUMINAÇÃO B	Diária	40	1.259,60	50.384,00
30	LOCAÇÃO DE SISTEMA DE PROJEÇÃO DE VÍDEO E IMAGEM EM PAINEL DE LED	Metro quadrado	350	490,00	171.500,00
31	LOCAÇÃO DE GRUPO GERADOR	Diária	5	2.369,24	11.846,20
32	SERVIÇO DE PRODUÇÃO E VEICULAÇÃO DE ÁUDIO EM CARRO DE SOM	Diária	6	763,35	4.580,10
33	LOCAÇÃO DE SALÃO PARA PREMIAÇÃO E JANTAR INSTITUCIONAL 300 A 500 PESSOAS	Diária	3	6.741,59	20.224,77
34	LOCAÇÃO DA SALÃO PARA PREMIAÇÃO E JANTAR INSTITUCIONAL 500 A 2000 PESSOAS	Diária	3	16.690,06	50.070,18

Valor Total Estimado (R\$)	549.974,35
----------------------------	------------

Valor Total Estimado da contratação (R\$):	R\$ 1.231.415,85 (um milhão, duzentos e trinta e um mil quatrocentos e quinze reais e oitenta e cinco centavos)
--	---

6.2. O preço deverá abranger todos os impostos, taxas e demais encargos, assim como quaisquer atividades ou insumos necessários à execução do objeto, mesmo quando não expressamente indicados, não cabendo, posteriormente, quaisquer acréscimos previsíveis.

7. OBRIGAÇÕES

7.1. São obrigações da CONTRATADA:

- manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato;
- executar fielmente as obrigações contratuais, munindo-se de todos os insumos necessários para execução do objeto;
- manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, e cumprindo todas as condições exigidas para habilitação;
- tomar todas as providências necessárias para a execução do objeto desta contratação, dentro dos parâmetros estabelecidos neste instrumento e na proposta apresentada pela instituição prestadora do serviço, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis;
- executar os serviços contratados tempestivamente, dentro do prazo negociado, atendendo aos requisitos de qualidade exigidos;
- manter, durante o período de prestação dos serviços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela CONTRATANTE, atendendo prontamente a quaisquer reclamações;
- assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE;
- realizar os serviços em rígida observância ao Termo de referência;
- conhecer minuciosamente o Termo de Referência em todas as suas partes.

7.2. São expressamente vedadas à CONTRATADA:

- a veiculação de publicidade acerca da contratação, salvo se houver prévia autorização do CONTRATANTE;
- subcontratação do objeto; e
- nos termos do art. 2º, inciso VI, da Resolução CNJ nº 07, de 18 de outubro de 2005, atualizada pela Resolução CNJ nº 229, de 22 de junho de 2016, é vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

7.3. Durante a execução do objeto, o CONTRATANTE deverá proceder conforme os casos abaixo:

- prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- efetuar o pagamento devido pela execução dos serviços, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências estabelecidas neste instrumento;
- comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer falhas verificadas na execução do objeto;
- nomear um ou mais servidores para fazer a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços. Tal fiscalização não exclui nem reduz as responsabilidades da CONTRATADA em relação ao acordado; e
- rejeitar formalmente e por escrito, no todo ou em parte, serviço executado em desacordo com a especificação constante deste instrumento. Para que esta rejeição seja considerada válida, bastará a comprovação de envio de notificação escrita ao preposto da CONTRATADA.

7.4. Comunicação entre CONTRATANTE e CONTRATADA:

7.4.1. Após o recebimento da Nota de Empenho, a CONTRATADA deverá providenciar, no prazo de 03 (três) dias úteis, solicitação de credenciamento de usuário externo, no Sistema Eletrônico de Informações – SEI, instituído pela Resolução TJRR nº 029/2016 e regulamentado Portaria TJRR nº 1650/2016.

7.4.1.1. A solicitação de credenciamento deverá ser realizada pelo sítio www.tjrr.jus.br.

7.4.1.2. A não solicitação de credenciamento dentro do prazo estabelecido poderá ocasionar na aplicação das Sanções Administrativas

previstas no instrumento contratual.

7.4.1.3. A CONTRATADA deverá manter atualizado o seu cadastro no Sistema Eletrônico de Informações – SEI.

7.4.2. O endereço de e-mail do representante legal da CONTRATADA para fins de recebimento de notificação e demais comunicações inerentes à execução do objeto deverá ser informado na proposta, devendo ser o mesmo a ser cadastrado no Sistema Eletrônico de Informações – SEI, como previsto no subitem 7.4.3.

7.4.3. Durante a execução do objeto, qualquer comunicação, tais como cartas, ofícios, notificações, entre outros, será realizada prioritariamente via Sistema Eletrônico de Informações – SEI, sendo que a CONTRATADA disporá do prazo de até 05 (cinco) dias corridos para leitura e assinatura da notificação, a partir da liberação do link de assinatura eletrônica.

7.4.4. Exaurido o prazo previsto no subitem anterior, a CONTRATADA considerar-se-á devidamente notificada, iniciando, assim, eventuais prazos dos atos subsequentes, como, por exemplo, no caso de intimações para apresentar defesa prévia.

7.4.5. A adoção de comunicações digitais é o resultado da implantação do Sistema Eletrônico de Informações – SEI. Assim, os processos administrativos que tramitam sob a tutela deste sistema computacional dispensam a utilização do meio físico papel.

7.4.6. A CONTRATADA deverá manter Preposto, aceito pelo CONTRATANTE, durante o período de execução do objeto, para representá-lo administrativamente sempre que for necessário, o qual deverá ser indicado mediante declaração onde deverá constar o nome completo, nº do CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional, bem como número telefônico para contato e endereço de e-mail.

7.4.6.1. O preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas as faturas e outras questões referentes ao objeto.

8. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

Rotinas de Fiscalização Contratual

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, conforme as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

8.4. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

8.5. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

8.6. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

8.7. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

8.8. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim .

8.9. O Tribunal de Justiça de Roraima poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.10. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

8.11. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

Dos Critérios de Aferição e Medição para Faturamento

8.12. Concluída a execução do objeto, a fiscalização do contrato terá a oportunidade de aferir a aderência do serviço prestado ante ao que foi especificado neste Termo de Referência e comprometido mediante proposta.

8.13. Feita a aferição do serviço, a fiscalização poderá receber provisoriamente o objeto.

8.14. Ao final da execução da solicitação da Ordem de Serviço, a CONTRATADA encaminhará à equipe técnica do TJRR um relatório contendo as informações necessárias para aferição da qualidade dos serviços prestados, tal relatório deverá abranger pelo menos as seguintes informações:

- a. Número da Ordem de Serviço;
- b. Data e hora de abertura da Ordem de Serviço
- c. Nome e matrícula do solicitante;

- d. Data e hora do encerramento do objeto da Ordem de Serviço;
- e. Quantidade de dias úteis gastos para a solução;
- f. Nível de severidade da execução do objeto da Ordem de Serviço (conforme indicadores); e
- g. Descrição das atividades executadas.

8.15. Na fiscalização da qualidade do serviço prestado, o Fiscal deverá, a cada incidente, verificar todas as ocorrências registradas no período e, caso necessário, aplicar os descontos do faturamento conforme os indicadores a seguir:

GRUPO 01

Item	Descrição	Grau de Ocorrência	Incidência
01	Profissional chegar com atraso para prestação do serviço, comprometendo o resultado do evento.	3	Ocorrência/por profissional
02	Empresa não substituir o profissional que se comportar de modo inadequado.	3	Ocorrência/por profissional
03	Profissional não permanecer integralmente no evento, no horário designado.	3	Ocorrência/por profissional
04	Empresa permitir a presença de profissional com traje inadequado ou impróprio para a realização dos trabalhos.	2	Ocorrência/por profissional
05	Profissional não realizar as alterações no script em tempo hábil, quando solicitado pelo CONTRATANTE.	2	Ocorrência/por profissional

1. O serviço e fornecimento será considerado de qualidade quando não forem registradas ocorrências durante a sua execução ou quando o somatório do Grau das ocorrências for igual ou inferior a 2 (dois), fazendo a CONTRATADA jus ao recebimento de 100% (cem por cento) do valor da Ordem de Serviço.
2. Quando o somatório dos graus das ocorrências for superior a 2 (dois), será efetuado o seguinte ajuste ao pagamento:
 - a. somatório dos graus das ocorrências entre 3 a 5: redução de 15% do valor referente ao valor da ordem serviço;
 - b. somatório dos graus das ocorrências entre 6 a 8: redução de 30% do valor referente ao valor da ordem serviço;
 - c. somatório dos graus das ocorrências entre 9 a 11: redução de 45% do valor referente ao valor da ordem serviço e multa referente a inexecução parcial; e
 - d. somatório dos graus das ocorrências acima de 11: redução de 60% do valor referente ao valor da ordem serviço e multa referente a inexecução total; ou
 - e. Incidência da ocorrência descrita nos itens 01 e 02: não pagamento da ordem de serviço e multa referente a inexecução total.

GRUPO 02

Item	Descrição	Grau de Ocorrência	Incidência
01	Não instalar, disponibilizar e testar os equipamentos solicitados, conforme Ordem de Serviço, uma hora antes do início do evento programado.	3	Ocorrência
02	Não substituir o profissional que se comportar de modo inadequado.	2	Ocorrência/por profissional
03	Não permanecer integralmente no evento, no horário designado.	3	Ocorrência/por profissional

1. O serviço e fornecimento será considerado de qualidade quando não forem registradas ocorrências durante a sua execução ou quando o somatório do Grau das ocorrências for igual ou inferior a 2 (dois), fazendo a CONTRATADA jus ao recebimento de 100% (cem por cento) do valor da Ordem de Serviço.
2. Quando o somatório dos graus das ocorrências for superior a 2 (dois), será efetuado o seguinte ajuste ao pagamento:
 - a. somatório dos graus das ocorrências entre 3 a 5: redução de 15% do valor referente ao valor da ordem serviço;
 - b. somatório dos graus das ocorrências entre 6 a 8: redução de 30% do valor referente ao valor da ordem serviço;

- c. somatório dos graus das ocorrências entre 9 a 11: redução de 45% do valor referente ao valor da ordem serviço e multa referente a inexecução parcial; e
- d. somatório dos graus das ocorrências acima de 11: redução de 60% do valor referente ao valor da ordem serviço e multa referente a inexecução total; ou
- e. Incidência da ocorrência descrita nos itens 01, 02 e 05: não pagamento da ordem de serviço e multa referente a inexecução total.

GRUPO 3

Item	Descrição	Grau de Ocorrência	Incidência
01	Não instalar e disponibilizar a estrutura solicitada, conforme Ordem de Serviço, uma hora antes do início do evento programado, para os itens 6, 7, 8, 9 e 10.	3	Ocorrência
03	Não atender as especificações contidas na Ordem de Serviço, e/ou se recusar a ajustar em tempo hábil, para todos os itens.	3	Ocorrência
04	Não cumprir o prazo de entrega dos itens 12, 13 e 14.	2	Ocorrência

1. O serviço e fornecimento será considerado de qualidade quando não forem registradas ocorrências durante a sua execução ou quando o somatório do Grau das ocorrências for igual ou inferior a 2 (dois), fazendo a CONTRATADA jus ao recebimento de 100% (cem por cento) do valor da Ordem de Serviço.
2. Quando o somatório dos graus das ocorrências for superior a 2 (dois), será efetuado o seguinte ajuste ao pagamento:
 - a. somatório dos graus das ocorrências entre 3 a 6: redução de 15% do valor referente ao valor da ordem serviço;
 - b. somatório dos graus das ocorrências entre 7 a 10: redução de 30% do valor referente ao valor da ordem serviço;
 - c. somatório dos graus das ocorrências entre 11 a 14: redução de 45% do valor referente ao valor da ordem serviço e multa referente a inexecução parcial; e
 - d. somatório dos graus das ocorrências acima de 14: redução de 60% do valor referente ao valor da ordem serviço e multa referente a inexecução total; ou
 - e. Incidência da ocorrência descrita nos itens 01, 02 e 03: não pagamento da ordem de serviço e multa referente a inexecução total.

GRUPO 4

Item	Descrição	Grau de Ocorrência	Incidência
01	Não instalar e disponibilizar a estrutura solicitada, conforme Ordem de Serviço, uma hora antes do início do evento programado.	3	Ocorrência
03	Não atender as especificações contidas na Ordem de Serviço, e/ou se recusar a ajustar em tempo hábil, para todos os itens.	3	Ocorrência
04	Deixar de realizar manutenção e/ou substituição, quando solicitada, para os itens 15, 16, 17, 18 e 23.	3	Ocorrência/por equipamento

1. O serviço e fornecimento será considerado de qualidade quando não forem registradas ocorrências durante a sua execução ou quando o somatório do Grau das ocorrências for igual ou inferior a 2 (dois), fazendo a CONTRATADA jus ao recebimento de 100% (cem por cento) do valor da Ordem de Serviço.
2. Quando o somatório dos graus das ocorrências for superior a 2 (dois), será efetuado o seguinte ajuste ao pagamento:
 - a. somatório dos graus das ocorrências entre 3 a 6: redução de 15% do valor referente ao valor da ordem serviço;
 - b. somatório dos graus das ocorrências entre 7 a 10: redução de 30% do valor referente ao valor da ordem serviço;
 - c. somatório dos graus das ocorrências entre 11 a 14: redução de 45% do valor referente ao valor da ordem serviço e multa referente a inexecução parcial; e
 - d. somatório dos graus das ocorrências acima de 14: redução de 60% do valor referente ao valor da ordem serviço e multa referente a inexecução total; ou
 - e. Incidência da ocorrência descrita nos itens 01, 02 e 03: não pagamento da ordem de serviço e multa referente a inexecução

total.

GRUPO 5

Item	Descrição	Grau de Ocorrência	Incidência
01	Não instalar e disponibilizar a estrutura solicitada, conforme Ordem de Serviço, uma hora antes do início do evento programado.	3	Ocorrência
04	Deixar de realizar manutenção e/ou substituição, quando solicitada, para os itens 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30 e 31.	3	Ocorrência/por equipamento
05	Não disponibilizar responsável técnico para os itens 30 e 31.	3	

- O serviço e fornecimento será considerado de qualidade quando não forem registradas ocorrências durante a sua execução ou quando o somatório do Grau das ocorrências for igual ou inferior a 2 (dois), fazendo a CONTRATADA jus ao recebimento de 100% (cem por cento) do valor da Ordem de Serviço.
- Quando o somatório dos graus das ocorrências for superior a 2 (dois), será efetuado o seguinte ajuste ao pagamento:
 - somatório dos graus das ocorrências entre 3 a 6: redução de 15% do valor referente ao valor da ordem serviço;
 - somatório dos graus das ocorrências entre 7 a 10: redução de 30% do valor referente ao valor da ordem serviço;
 - somatório dos graus das ocorrências entre 11 a 14: redução de 45% do valor referente ao valor da ordem serviço e multa referente a inexecução parcial; e
 - somatório dos graus das ocorrências acima de 14: redução de 60% do valor referente ao valor da ordem serviço e multa referente a inexecução total; ou
 - Incidência da ocorrência descrita nos itens 01, 02 e 03: não pagamento da ordem de serviço e multa referente a inexecução total.

Do Recebimento

8.16. O objeto será recebido provisoriamente, no prazo de 03 (três) dias corridos, a contar da comunicação da CONTRATADA de adimplimento das obrigações contratuais.

8.17. O objeto será recebido definitivamente no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados da data da emissão do recebimento provisório, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, momento em que a contratada poderá emitir a fatura, acompanhada da certidão SICAF, ou das certidões que substitua o SICAF.

8.18. O CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pelo Fornecedor.

8.19. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

$$EM = I \times N \times VP$$

I = Índice de atualização financeira

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual

EM = Encargos Moratórios devidos

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

VP = Valor da Prestação em atraso

8.20. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da Secretaria-Geral desta Corte, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

9. DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. A Secretaria-Geral decidirá os casos omissos.

ANEXO I - MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO

Identificação

OS n.º **Requisitante:** **Data de Emissão:**
Assunto:
Contratada: **Contrato n.º:**

1 - Especificação dos Serviços e Volumes

ID	Serviço	Und.	Quant.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
----	---------	------	--------	----------------------	-------------------

Valor Total Estimado (R\$)

2 - Instruções Complementares

* Local do evento, data, horário, etc.

3 - Documentos Entregues

() - _____	() - _____
() - _____	() - _____
() - _____	() - _____

4 - Datas e Prazos

Data designada para o Evento	Data prevista para entrega dos resultados	Prazo de Execução
____ de _____ de 20____	____ de _____ de 20____	____ (____) dias

**5 - Ciência
CONTRATANTE**

Área/Fiscal Requisitante

Gestor do Contrato

(nome)
Matrícula:

(nome)
Matrícula:

**CONTRATADA
Preposto**

(nome)
Qualificação:

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA - SUBSECRETARIA DE AQUISIÇÕES, LICITAÇÕES E CREDENCIAMENTOS. Palácio da Justiça. Praça do Centro Cívico, n.º 296 - Bairro Centro - CEP 69301-380 - Boa Vista - RR. Telefone: _____, email: - <http://www.tjrr.jus.br>.

ANEXO II

MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE PREÇOS DETALHADA, APÓS O ENCERRAMENTO DOS LANCES

PREGÃO ELETRÔNICO n.º 00/2023.

Data do certame: 00/00/2023, às 10h00min.

Procedimento Administrativo n.º 0005394-28.2023.8.23.8000

OBJETO: Formação de registro de preço para contratação de empresa especializada em eventos organizacionais, para atender às necessidades dos Poder Judiciário do Estado de Roraima, conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital.

GRUPO 1						
Item	Especificação	Und	Qtd.	Valor Unitário fixado pelo TJRR (R\$)	Valor Unitário Ofertado pelo	Valor Total do item(R\$)

					Licitante (R\$)	
1	MESTRE DE CERIMÔNIA , e demais especificações, conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital.	Diária (08 horas/Pessoa)	40	1.057,25		
2	RECEPCIONISTA DE EVENTOS , e demais especificações, conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital.	Diária (08 horas/Pessoa)	130	255,62		
VALOR TOTAL (R\$)						
VALOR TOTAL ESTIMADO DO (R\$) 75.520,60						

GRUPO 2						
Item	Especificação	Und	Qtd.	Valor Unitário fixado pelo TJRR (R\$)	Valor Unitário Ofertado pelo Licitante (R\$)	Valor Total do item(R\$)
3	APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA/MUSICAL TIPO A , e demais especificações, conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital.	Hora	10	1.758,78		
4	APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA/MUSICAL TIPO B , e demais especificações, conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital.	Hora	10	796,25		
5	APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA/MUSICAL TIPO C , e demais especificações, conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital.	Hora	10	925,00		
VALOR TOTAL (R\$)						
VALOR TOTAL ESTIMADO DO (R\$) 34.800,30						

GRUPO 3						
Item	Especificação	Und	Qtd.	Valor Unitário fixado pelo TJRR (R\$)	Valor Unitário Ofertado pelo Licitante (R\$)	Valor Total do item(R\$)
6	DECORAÇÃO TIPO A , e demais especificações, conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital.	Diária	30	1.977,46		
7	DECORAÇÃO TIPO B , e demais especificações, conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital.	Diária	20	2.627,00		
8	DECORAÇÃO TIPO C , e demais especificações, conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital.	Diária	20	3.502,58		
9	DECORAÇÃO TIPO D , e demais especificações, conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital.	Diária	20	1.845,00		
10	DECORAÇÃO TIPO E , e demais especificações, conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital.	Diária	20	2.050,00		
11	DECORAÇÃO NATALINA , e demais especificações, conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital.	Und.	10	9.259,79		

12	BUQUÊ DE FLORES , e demais especificações, conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital.	Und.	30	218,55		
13	ARRANJO NATURAL FLORAL , e demais especificações, conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital.	Und.	40	600,00		
14	COROA DE FLORES , e demais especificações, conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital.	Und.	20	661,64		
VALOR TOTAL (R\$)						
VALOR TOTAL ESTIMADO DO (R\$) 396.202,60						

GRUPO 4						
Item	Especificação	Und	Qtd.	Valor Unitário fixado pelo TJRR (R\$)	Valor Unitário Ofertado pelo Licitante (R\$)	Valor Total do item(R\$)
15	LOCAÇÃO DE TENDA PIRÂMIDE MÉDIA , e demais especificações, conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital.	Und.	30	550,02		
16	LOCAÇÃO DE TENDA PIRÂMIDE GRANDE , e demais especificações, conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital.	Und.	30	714,07		
17	LOCAÇÃO DE ESTRUTURA EM ALUMÍNIO GRID Q-30 - BOX TRUSS , e demais especificações, conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital.	Metro lienar	1000	64,07		
18	LOCAÇÃO DE PORTAL DE ENTRADA , e demais especificações, conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital.	Und.	10	1.508,70		
19	LOCAÇÃO DE CADEIRA MODELO TIFFANY , e demais especificações, conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital.	Und.	500	17,55		
20	LOCAÇÃO DE TOALHAS REDONDAS , e demais especificações, conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital.	Und.	150	36,95		
21	LOCAÇÃO DE CADEIRA DE PLÁSTICO , e demais especificações, conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital.	Und.	5000	4,58		
22	LOCAÇÃO DE MESA DE PLÁSTICO COM TOALHA , e demais especificações, conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital.	Und.	1000	8,37		
23	LOCAÇÃO DE VENTILADOR CLIMATIZADOR PULVERIZADOR , e demais especificações, conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital.	Und.	30	408,36		
VALOR TOTAL (R\$)						
VALOR TOTAL ESTIMADO DO (R\$) 174.918,00						

GRUPO 5

Item	Especificação	Und	Qtd.	Valor Unitário fixado pelo TJRR (R\$)	Valor Unitário Ofertado pelo Licitante (R\$)	Valor Total do item(R\$)
24	LOCAÇÃO DE SONORIZAÇÃO DE MICRO PEQUENO PORTE , e demais especificações, conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital.	Diária	30	1.195,71		
25	LOCAÇÃO DE SONORIZAÇÃO DE PEQUENO PORTE , e demais especificações, conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital.	Diária	30	1.522,71		
26	LOCAÇÃO DE SONORIZAÇÃO DE MÉDIO PORTE , e demais especificações, conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital.	Diária	20	2.935,00		
27	LOCAÇÃO DE SONORIZAÇÃO PARA ATENDER CORAL , e demais especificações, conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital.	Diária	10	4.631,57		
28	LOCAÇÃO DE ILUMINAÇÃO A , e demais especificações, conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital.	Diária	40	1.370,02		
29	LOCAÇÃO DE ILUMINAÇÃO B , e demais especificações, conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital.	Diária	40	1.259,60		
30	LLOCAÇÃO DE SISTEMA DE PROJEÇÃO DE VÍDEO E IMAGEM EM PAINEL DE LED , e demais especificações, conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital.	Metro quadrado(M ²)	350	490,00		
31	LOCAÇÃO DE GRUPO GERADOR , e demais especificações, conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital.	Diária	5	2.369,24		
32	SERVIÇO DE PRODUÇÃO E VEICULAÇÃO DE ÁUDIO EM CARRO DE SOM , e demais especificações, conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital.	Diária	6	763,35		
33	LOCAÇÃO DE SALÃO PARA PREMIAÇÃO E JANTAR INSTITUCIONAL 300 A 500 PESSOAS , e demais especificações, conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital.	Diária	3	6.741,59		
34	LOCAÇÃO DA SALÃO PARA PREMIAÇÃO E JANTAR INSTITUCIONAL 500 A 2000 PESSOAS , e demais especificações, conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital.	Diária	3	16.690,06		
VALOR TOTAL (R\$)						
VALOR TOTAL ESTIMADO DO (R\$) 549.974,35						

Razão Social:**Número do CNPJ:****Endereço Completo com CEP:****Fone/Fax/Celular:****E-mail:****Banco/Nome e nº. da Agência/Conta Corrente****Prazo de Validade da Proposta:****Local e Data:**

nome e assinatura do representante legal

ANEXO III
DECLARAÇÃO

Ref.: Pregão Eletrônico n.º 000/2023

a) Nos termos do art. 2º, inciso VI, da Resolução CNJ nº 07, de 18 de outubro de 2005, atualizada pela Resolução CNJ nº 229, de 22 de junho de 2016, DECLARO não ter no quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

Local e data

Assinatura do Representante Legal

ANEXO IV
TERMO DE COMPROMISSO COM A SUSTENTABILIDADE

A empresa _____(NOME DAS EMPRESAS), inscrita sob o CNPJ nº se compromete a contribuir com a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e efetivar, em processos internos e externos, o cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal de 1988, e em conformidade com o art. 11, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021. Bem como, observar, sempre que possível, para a execução dos serviços as normas em vigor atinentes à sustentabilidade ambiental, as boas práticas estabelecidas na Resolução CNJ n. 400/2021, e pelo [Plano de Logística Sustentável do TJRR](#), instituído pela [Portaria nº 685 TJRR/PR, de 27 de abril de 2023](#).

Local e data

Assinatura do Representante Legal

ANEXO V
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços N.º 000/2023

Procedimento Administrativo n.º 0005394-28.2023.8.23.8000

Pregão Eletrônico n.º 000/2023

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, com sede na Praça do Centro Cívico, sem número, Centro, na cidade de Boa Vista, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o n.º 34.812.669/0001-08, neste ato, representado(a) pelo(a) ...(cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria n.º de de, inscrito no CPF sob o n.º Portador(a) da Carteira de Identidade n.º, considerando o julgamento da licitação na modalidade **Pregão**, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS, em epígrafe, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e nas quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, na Lei n.º 14.133/21 e suas alterações, e no Decreto n.º 11.462/2023, observadas, ainda, as demais normas legais aplicáveis, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. Formação de registro de preço para contratação de empresa especializada em eventos organizacionais, para atender às necessidades dos Poder Judiciário do Estado de Roraima, conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital, conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital.

2. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

2.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, **contados do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação** no Portal Nacional das Contratações Públicas-PNCP, porrogáveis na forma do Decreto 11.462/2023.

2.2. O Edital do **Pregão** Eletrônico n.º 000/0000 e seus anexos são partes integrantes desta Ata, assim como a proposta vencedora e a ata da sessão pública do Pregão eletrônico, independente de transcrição.

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, E DA VEDAÇÃO A ACRÉSCIMO DE QUANTATIVOS

3.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

- a. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- b. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- c. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

3.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

3.3. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

3.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

3.5. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

3.6. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do **subitem 3.1**.

3.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador.

3.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

3.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

4. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4.2. O instrumento contratual, deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

4.3. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

- a. aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- b. mantiverem sua proposta original.

4.4. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

4.5. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

4.6. Os convocados no cadastrado reserva ou da classificação remanescente, passarão por processo de habilitação previsto em edital, quando convocados.

4.7. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

4.8. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o **subitem 4.3**, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

- a. convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- b. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

4.9. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

5. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

- a. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- b. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- c. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
- d. d. no caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação.

6. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

6.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

6.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

6.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, sendo necessária a análise das condições de habilitação nos moldes previstos em edital.

6.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

6.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no **subitem 6.2** e no **subitem 6.2.1**, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

6.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

- a. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- b. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- c. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
- d. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.e
- e. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade

aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

7.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no **subitem 7.1** será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

7.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

7.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- a. por razão de interesse público;
- b. a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- c. se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

8. DAS PENALIDADES

8.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas instrumento convocatório.

8.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9. CONDIÇÕES GERAIS

9.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO do instrumento convocatório

10. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

10.1. O(s) preço(s) registrado(s), as especificações do objeto, a(s) quantidade(s), **fornecedor(es)** e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

GRUPO 00					
EMPRESA:					
CNPJ:					
ENDEREÇO COMPLETO:					
REPRESENTANTE:					
TELEFONE: E-MAIL:					
PRAZO DE ENTREGA:					
Item	Descrição	Und.	Qtd.	VALOR	
				Unitário	Total
1					
2					
3					

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Boa Vista - RR ____ de _____ de 2023.

Nome Secretário de Gestão Administrativa	Representante legal Empresa
--	--------------------------------

ANEXO I - FORNECEDORES DO CADASTRO DE RESERVA

CADASTRO RESERVA	
Classificação	Licitante

ANEXO II - CLASSIFICAÇÃO FORNECEDORES QUE MANTIVERAM SUAS PROPOSTA

FORNECEDORES QUE MANTIVERAM SUAS PROPOSTA	
Classificação	Licitante

**ANEXO VI - MINUTA DE CONTRATO
EP. (1846387)****MINUTA DE CONTRATO - PR/SG/SGA/SUBCON**

Contrato de prestação de serviços de organização de eventos, destinado a atender às necessidades do Tribunal de Justiça de Roraima, que entre si celebram o Tribunal de Justiça do Estado de Roraima e

_____.

CONTRATANTE: Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, situado na Praça do Centro Cívico, nº 296, Centro, nesta cidade, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 34.812.669/0001-08, doravante denominado Contratante, neste ato representado por seu Secretário-Geral, _____, união estável, brasileiro, matrícula nº. - _____.

CONTRATADO: _____, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº _____, com sede localizada na Rua _____, Bairro _____, CEP: _____-_____, ____/____, Telefones: (____) _____, E-mail: _____, daqui por diante designada Contratada, neste ato representada pelo Senhor (a) _____, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por [procuração/contrato social/estatuto social], tendo em vista o que consta no Processo nº _____ e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

Cláusula Primeira – Objeto

1.1. O objeto do presente instrumento é a prestação de serviços de organização de eventos, para atender demanda essencial do Tribunal de Justiça de Roraima, nas condições estabelecidas no Termo de Referência nº 115/2023 (_____).

1.2. Objeto da contratação:

GRUPO 1

Item	Descrição	Und.	Qtd.	Valor Unitário (R\$)	Valor Estimado (R\$)
1	MESTRE DE CERIMÔNIA	Diária (08 (oito) horas/ Pessoa)	40		
2	RECEPCIONISTA DE EVENTOS	Diária (08 (oito) horas/ Pessoa)	130		
Valor Total Estimado (R\$)					

GRUPO 2					
Item	Descrição	Und.	Qtd.	Valor Unitário (R\$)	Valor Estimado
3	APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA/MUSICAL TIPO A	Hora	10		
4	APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA/MUSICAL TIPO B	Hora	10		
5	APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA/MUSICAL TIPO C	Hora	10		
Valor Total Estimado (R\$)					

GRUPO 3					
Item	Descrição	Und.	Qtd.	Valor Unitário (R\$)	Valor Estimado
6	DECORAÇÃO TIPO A	Diária	30		
7	DECORAÇÃO TIPO B	Diária	20		
8	DECORAÇÃO TIPO C	Diária	20		
9	DECORAÇÃO TIPO D	Diária	20		
10	DECORAÇÃO TIPO E	Diária	20		
11	DECORAÇÃO NATALINA	Und.	10		
12	BUQUÊ DE FLORES	Und.	30		
13	ARRANJO NATURAL FLORAL	Und.	40		
14	COROA DE FLORES	Und.	20		
Valor Total Estimado (R\$)					

GRUPO 4					
Item	Descrição	Und.	Qtd.	Valor Unitário (R\$)	Valor Estimado (R\$)
15	LOCAÇÃO DE TENDA PIRÂMIDE MÉDIA	Und.	30		
16	LOCAÇÃO DE TENDA PIRÂMIDE GRANDE	Und.	30		
17	LOCAÇÃO DE ESTRUTURA EM ALUMÍNIO GRID Q-30 - BOX TRUSS	Metro lienar	1000		
18	LOCAÇÃO DE PORTAL DE ENTRADA	Und.	10		
19	LOCAÇÃO DE CADEIRA MODELO TIFFANY	Und.	500		
20	LOCAÇÃO DE TOALHAS REDONDAS	Und.	150		
21	LOCAÇÃO DE CADEIRA DE PLÁSTICO	Und.	5000		
22	LOCAÇÃO DE MESA DE PLÁSTICO COM TOALHA	Und.	1000		
23	LOCAÇÃO DE VENTILADOR CLIMATIZADOR PULVERIZADOR	Und.	30		
Valor Total Estimado (R\$)					

GRUPO 5					
Item	Descrição	Und.	Qtd.	Valor Unitário (R\$)	Valor Estimado (R\$)

24	LOCAÇÃO DE SONORIZAÇÃO DE MICRO PEQUENO PORTE	Diária	30		
25	LOCAÇÃO DE SONORIZAÇÃO DE PEQUENO PORTE	Diária	30		
26	LOCAÇÃO DE SONORIZAÇÃO DE MÉDIO PORTE	Diária	20		
27	LOCAÇÃO DE SONORIZAÇÃO PARA ATENDER CORAL	Diária	10		
28	LOCAÇÃO DE ILUMINAÇÃO A	Diária	40		
29	LOCAÇÃO DE ILUMINAÇÃO B	Diária	40		
30	LOCAÇÃO DE SISTEMA DE PROJEÇÃO DE VÍDEO E IMAGEM EM PAINEL DE LED	Metro quadrado	350		
31	LOCAÇÃO DE GRUPO GERADOR	Diária	5		
32	SERVIÇO DE PRODUÇÃO E VEICULAÇÃO DE ÁUDIO EM CARRO DE SOM	Diária	6		
33	LOCAÇÃO DE SALÃO PARA PREMIAÇÃO E JANTAR INSTITUCIONAL 300 A 500 PESSOAS	Diária	3		
34	LOCAÇÃO DA SALÃO PARA PREMIAÇÃO E JANTAR INSTITUCIONAL 500 A 2000 PESSOAS	Diária	3		
Valor Total Estimado (R\$)					

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência (_____);

1.3.2. O Edital de Licitação (_____);

1.3.3. A Proposta do contratado (_____);

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

Cláusula Segunda – Vigência e Prorrogação

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) meses, prorrogáveis, na forma dos artigos 106 e 107, da Lei nº 14.133/2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a)** Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b)** Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c)** Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d)** Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- e)** Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

Cláusula Terceira – Modelos de Execução e Gestão Contratuais

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência nº 115/2023 (_____).

Cláusula Quarta – Subcontratação

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Cláusula Quinta - Preço e Pagamento

5.1. Preço:

5.1.2. O valor estimado da contratação é de R\$ _____ (_____).

5.1.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.2. Forma de Pagamento:

5.2.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.2.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.3. Prazo de Pagamento

5.3.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

5.3.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

5.3.3 Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

$$EM = I \times N \times VP$$

I = Índice de atualização financeira

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual

EM = Encargos Moratórios devidos

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

VP = Valor da Prestação em atraso

5.4. Condições de Pagamento:

5.4.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, com os ajustes relativos ao IMR, conforme disposto no Termo de Referência.

5.4.2. Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

5.4.3. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante, conforme consta na nota de empenho - TJRR ou FUNDEJURR;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar;
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis;
- g) Cadastro Nacional de Atividade - CNAE (Nº _____), correspondente ao serviço contratado ou material adquirido;
- h) Código da Classificação do Serviço (LC 116/2003);
- i) Nomenclatura do(s) imposto(s) incidente(s);
- j) Alíquota do(s) imposto(s) incidente(s);
- k) Valor do(s) imposto(s);
- l) Parcela(s) isenta(s) de tributos, caso possua;
- m) Dados bancários vinculados ao CNPJ da empresa contratada;
- n) Informação se é optante do **SIMPLES NACIONAL**; e
- o) Declaração de imunidade ou isenção de tributos, conforme Anexos II e III da Instrução Normativa RFB nº 1663, de 07 de outubro de 2016.

5.4.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a

comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

5.4.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

5.4.6. Previamente a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

5.4.7. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.4.8. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

Cláusula Sexta - Reajuste

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em ____/____/____ (_____).

6.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante negociação, e no limite do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, adotando-se a seguinte fórmula:

Fórmula de cálculo:

$$Pr = P + (P \times V)$$

Onde:

Pr = preço reajustado ou preço novo;

P = preço atual (antes do reajuste);

V = variação percentual obtida na forma do caput desta cláusula, de modo que (P x V) significa o acréscimo ou decréscimo de preço decorrente do reajuste.

6.3. O reajuste terá seus efeitos financeiros iniciados a partir da data de aquisição do direito da **Contratada**, nos termos do item 6.1. desta cláusula.

6.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.5. Na prorrogação do contrato, não havendo a divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante realizará a devida atualização assim que o(s) índice(s) estiver(em) disponível(is), por meio da formalização de Termo de Apostilamento.

6.6. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.7. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.9. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cláusula Sétima - Obrigações do Contratante

7.1. Além das Obrigações descritas no Termo de Referência, são obrigações do Contratante:

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- c) Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- d) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- e) Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade,

conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

f) Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

g) Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

h) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

i) A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

j) Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

k) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

l) Monitorar Constantemente o nível de qualidade do serviço prestado durante a execução do contrato, por meio do Instrumento de Medição dos Resultados - IMR (se houver IMR), nas Condições estabelecidas no Termo de Referência.

m) Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

n) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

Cláusula Oitava - Obrigações do Contratado

8.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e no Termo de Referência, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

a) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));

b) Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

c) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

d) Manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato;

e) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

f) Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

g) Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

h) Realizar os serviços em rígida observância ao Termo de referência;

i) Executar fielmente as obrigações contratuais, munindo-se de todos os insumos necessários para execução do objeto;

j) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

k) Tomar todas as providências necessárias para a execução do objeto desta contratação, dentro dos parâmetros estabelecidos neste instrumento e na proposta apresentada pela instituição prestadora do serviço, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis;

l) Executar os serviços contratados tempestivamente, dentro do prazo negociado, atendendo aos requisitos de qualidade exigidos;

- m)** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- n)** Manter, durante o período de prestação dos serviços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- o)** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- p)** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- q)** Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- r)** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- s)** Encaminhar a Nota Fiscal contendo todas as informações descritas no item **5.4.3.** deste Contrato.
- t)** Executar o serviço contratado, satisfatoriamente, dentro do prazo negociado, atendendo aos requisitos de qualidade exigidos pelo Instrumento de Medição dos Resultados - IMR.
- u)** Assinar o termo de ciência do Código de ética do Poder Judiciário de Roraima (Resolução nº 73/2023), constante no Anexo II, o qual será encaminhado pela CONTRATADA ao endereço eletrônico do CONTRATADO.
- v)** O fornecedor deve cumprir todas as leis e regulamentações aplicáveis em sua área de atuação, cumprindo as obrigações de compliance (Resolução TJRR/TP n. 71/2022)
- w)** Manter a confidencialidade de todas as informações fornecidas pelo Contratante durante a execução dos Serviços.

8.2. São expressamente vedadas à CONTRATADA:

- a)** A veiculação de publicidade acerca da contratação, salvo se houver prévia autorização do CONTRATANTE;
- b)** Nos termos do art. 2º, inciso VI, da Resolução CNJ nº 07, de 18 de outubro de 2005, atualizada pela Resolução CNJ nº 229, de 22 de junho de 2016, é vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

8.3. Comunicação entre CONTRATANTE e CONTRATADA:

8.3.1. A CONTRATADA deverá manter atualizado o seu cadastro no Sistema Eletrônico de Informações – SEI.

8.3.1.1. A solicitação de credenciamento deverá ser realizada pelo sítio www.tjrr.jus.br.

8.3.1.2. A não solicitação de credenciamento dentro do prazo estabelecido poderá ocasionar na aplicação das Sanções Administrativas previstas no instrumento contratual.

8.3.2. O endereço de e-mail do representante legal da CONTRATADA para fins de recebimento de notificação e demais comunicações inerentes à execução do objeto deverá ser informado na proposta, devendo ser o mesmo a ser cadastrado no Sistema Eletrônico de Informações – SEI, como previsto no Termo de Referência.

8.3.3. Durante a execução do objeto, qualquer comunicação, tais como cartas, ofícios, notificações, entre outros, será realizada prioritariamente via Sistema Eletrônico de Informações – SEI, sendo que a CONTRATADA disporá do prazo de até 10 (dez) dias corridos para leitura e assinatura da notificação, a partir da liberação do link de assinatura eletrônica.

8.3.4. Exaurido o prazo previsto no subitem anterior, a CONTRATADA considerar-se-á devidamente notificada, iniciando, assim, eventuais prazos dos atos subsequentes, como, por exemplo, no caso de intimações para apresentar defesa prévia.

8.3.5. A adoção de comunicações digitais é o resultado da implantação do Sistema Eletrônico de Informações – SEI. Assim, os processos administrativos que tramitam sob a tutela deste sistema computacional dispensam a utilização do meio físico papel.

8.3.6. A CONTRATADA deverá manter Preposto, aceito pelo CONTRATANTE, durante o período de execução do objeto, para representá-lo administrativamente sempre que for necessário, o qual deverá ser indicado mediante declaração (Anexo I) onde deverá constar o nome completo, nº do CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional, bem como número telefônico para contato e endereço de e-mail.

8.3.6.1. O preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas as faturas e outras questões referentes ao objeto.

Cláusula Nona – Garantia de Execução

9.1. Não será exigida garantia da execução do Contrato, mas o **Contratante poderá reter, do montante a pagar, valores para assegurar o pagamento de multas, indenizações e ressarcimentos devidos pela Contratada.**

Cláusula Décima - Obrigações Pertinentes à LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados ([LGPD, art. 37](#)), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

Cláusula Décima Primeira – Infrações e Sanções Administrativas

11.1. As infrações e sanções administrativa previstas nos artigos 155 e 156, da Lei 14.133/2021 serão aplicadas, garantida a ampla defesa e o contraditório, conforme a [INSTRUÇÃO NORMATIVA TJRR/SG N. 007/2023](#), publicada no Diário da Justiça Eletrônico no dia 26 de setembro de 2023.

11.2. A contratada que descumprir, total ou parcialmente, regra estabelecida no contrato celebrado com o TJRR ficarão sujeitas às seguintes sanções:

- a. multa;
- b. advertência;
- c. impedimento de licitar e contratar no âmbito do Estado de Roraima;
- d. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos.

11.2.1. As sanções a que se referem as alíneas "b", "c", e "d" do **subitem 11.2.** poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.

11.2.2. A sanção de impedimento de licitar e contratar não poderá ser aplicada cumulativamente com a de declaração de inidoneidade.

11.2.3. A aplicação das sanções previstas no **subitem 11.2.** não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado à administração pública.

11.3. A sanção de multa moratória será imposta à contratada que entregar o objeto ou executar o serviço contratado de forma integral, porém com atraso injustificado em relação ao prazo fixado no contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

- a. 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor do contrato, para 1 (um) dia de atraso;
- b. 0,3% (três décimos por cento) ao dia, para atrasos superiores a 2 (dois) dias até o limite de 30 (trinta) dias, a ser calculado sobre o valor da parcela executada em desconformidade com o prazo previsto no contrato;
- c. 10% (dez por cento), com acréscimo de 0,13% (treze centésimos por cento) ao dia, para atrasos superiores a 30 (trinta) dias até o

limite de 60 (sessenta) dias, a ser calculado sobre o valor da parcela executada em desconformidade com o prazo previsto no contrato.

11.3.1. Considera-se atraso injustificado a não apresentação pela contratada de argumentos e documentos capazes de motivar o descumprimento do prazo estabelecido no contrato para a entrega ou a prestação do serviço.

11.3.2. Após o 60º (sexagésimo) dia de atraso, a fiscalização do contrato deve notificar o contratado e, considerando as eventuais justificativas apresentadas, avaliar em manifestação fundamentada se persiste o interesse em manter a contratação ou se é mais vantajoso rescindi-la.

11.3.3. A sanção de multa compensatória será imposta à contratada que executar parcialmente o objeto contratado ou não o executar, situação em que restará configurada, respectivamente, a inexecução parcial e a inexecução total do contrato, podendo, nesses casos, o TJRR rescindir unilateralmente o contrato, observando-se o disposto nos arts. 137 e seguintes da Lei 14.133/2021.

11.3.3.1. A inexecução parcial do objeto do contrato implica a aplicação de multa no percentual de 15% (quinze por cento) sobre o valor da parcela não cumprida.

11.3.3.2. A inexecução total do objeto do contrato implica a aplicação de multa no percentual de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento), a ser calculada sobre o valor total do contrato.

11.4. Da aplicação das penalidades definidas na Cláusula Décima, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da notificação.

11.5. O recurso deverá ser dirigido à Secretaria de Gestão Administrativa - SGA, a qual instruirá o feito e o submeterá à Secretaria Geral.

11.6. As sanções será aplicada definitivamente serão registradas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e nos sistemas internos do Tribunal.

11.7. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa, sem prejuízo da inscrição em base de dados de serviços de proteção ao crédito bem como o protesto dívida em cartório.

Cláusula Décima Segunda – Da Extinção Contratual

12.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação

12.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

a) Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

b) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

I - Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

c) Indenizações e multas.

12.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

12.8. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

Cláusula Décima Terceira – Dotação Orçamentária

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta do Programa de Trabalho nº 00.000.00.000.0000.0000 - _____, elemento de despesa 0.0.00.00 - _____, da Unidade Orçamentária _____.

13.2. A despesa para o exercício subsequente será alocada à dotação orçamentária prevista para atendimento dessa finalidade, a ser consignada à Contratante, na Lei Orçamentária Anual.

Cláusula Décima Quarta – Dos Casos Omissos

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

Cláusula Décima Quinta – Alterações

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

Cláusula Décima Sexta – Publicação

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no Diário da Justiça Eletrônico deste Poder Judiciário, de forma a atender à Res. TJRR nº 5/2007.

Cláusula Décima Sétima – Foro

17.1. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Comarca de Boa Vista/RR, conforme art. [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Para firmeza e validade do pactuado, depois de lido e por estarem de acordo, os representantes das partes assinam este instrumento eletronicamente.

ANEXO I

Declaração de Preposto
Eu, (Incluir nome do representante), representante legal da empresa, declaro, para os devidos fins, que referida empresa se compromete a manter preposto, durante o prazo de vigência do Contrato nº ____/____.
Nome do Preposto:
CPF:
RG:
Qualificação Profissional:
Endereço:
Telefone/WhatsApp:
E-mail:

ANEXO II

Declaração de Ciência do Código de Ética do TJRR

Eu, _____, representante legal da empresa _____, CONTRATADA deste Egrégio Tribunal, por meio da formalização do Contrato nº ____/____, DECLARO ter pleno conhecimento do Código de Ética e Conduta do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, comprometendo-me a agir de acordo com seus princípios, de forma ética, respeitando os direitos e a dignidade de todas as pessoas, evitando conflitos de interesse e mantendo a confidencialidade das informações, instituído por meio da Resolução TJRR/TP nº 73 de 14 de dezembro de 2022, publicada no Diário da Justiça Eletrônico - DJE nº 7293 de 28 de dezembro de 2022 ([CÓDIGO DE ÉTICA - RESOLUÇÃO 73/2022](#)). Zelarei pela qualidade da prestação dos meus serviços e reportarei qualquer violação ao código. Assumo a responsabilidade por minhas ações e estou ciente das consequências em caso de descumprimento.

Boa Vista, RR ____/____/____.

ANEXO III

Declaração de Antinepotismo e não Emprego de Menor

A Empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal o _____, DECLARA:

a. para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.

b. que não possui cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros ou juízes vinculados, ou servidor investido em cargo de direção e de assessoramento neste Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, bem como sócios e empregados que possuam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros ou juízes vinculados, ou servidor investido em cargo de direção e de assessoramento, conforme disciplina a Resolução n.º 07, de 18/10/2015, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, alterada pela Resolução n.º 229, de 22/06/2016.

ANEXO IV

Declaração de Cadastro Nacional de Atividade (CNAE)

Eu, ____, representante legal da empresa _____, que atua como CONTRATADA por este Egrégio Tribunal, mediante a formalização do Contrato nº ____/____, cujo escopo compreende _____, venho DECLARAR que o Cadastro Nacional de Atividade da nossa empresa relacionado ao serviço prestado neste contrato é identificado pelo código CNAE nº [Número do CNAE].

Com total compromisso com a veracidade dos fatos, presto esta declaração sujeita às sanções legais, ciente de que é crime, de acordo com o Código Penal, efetuar declarações falsas com o propósito de criar obrigações ou distorcer a verdade de eventos juridicamente relevantes.

Boa Vista, RR...../...../.....

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA - SUBSECRETARIA DE CONTRATOS. Palácio da Justiça. Praça do Centro Cívico, n.º 296 - Bairro Centro - CEP 69301-380 - Boa Vista - RR. Telefone: , email: - <http://www.tjrr.jus.br>.



Documento assinado eletronicamente por **MANOEL MARTINS DA SILVA NETO, Subsecretário(a)**, em 06/12/2023, às 14:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. Portaria da Presidência - TJRR nº1650/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjrr.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **1855266** e o código CRC **B6741542**.